

Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill¹

Yamila Goldfarb

Doutora em Geografia Humana pela USP

Docente da Faculdade Sumaré

e-mail: yamilamata@yahoo.com.br

Resumo

No presente artigo analisaremos como as políticas neoliberais terminaram por estimular a produção de *commodities*, em especial a soja, e como isso fez com que as grandes corporações aumentassem suas atividades e sua influência sobre os territórios do Brasil e da Argentina. Veremos ainda como a partir da década de 2000, a produção de *commodities* ganha um novo impulso, em particular no caso da soja e como novos sujeitos desse *boom* passam a entrar em cena. O caso da soja é um dos exemplos que nos permite afirmar que a partir da era neoliberal tem início um novo padrão de circulação dos alimentos no mundo, definindo o que podemos chamar de Regime Alimentar Corporativo para o qual, mais tarde, dado o poder de atuação de grupos de investimento, passamos a propor a nomenclatura, Regime Alimentar Corporativo Financeirizado.

Palavras-chave: Soja, Brasil, Argentina, Regime Alimentar, Corporações

Expansión de la soja y financiarización de la agricultura como expresiones recientes del régimen alimentario corporativo en Brasil y Argentina: el ejemplo de Cargil

Resumen

En este artículo vamos a analizar como las políticas neoliberales terminaron por estimular la producción de *commodities*, en particular la soja, y cómo esto ha hecho que las grandes corporaciones aumenten sus actividades y su influencia en los territorios de Brasil y Argentina. Veremos todavía como desde la década del 2000, la producción de *commodities* cobró nuevo impulso, sobre todo en el caso de la soja, y como nuevos sujetos de este auge entraron en la escena. El caso de la soja es un ejemplo que nos permite decir que a partir de la era neoliberal surge un nuevo padrón de circulación de alimentos en el mundo, lo que nos permite llamar de Regimen Alimentar Corporativo, para el cual más tarde, frente el creciente poder de los grupos de inversión, proponemos la nomenclatura, Regimen Alimentar Corporativo Financierizado.

Palavras clave: Soja; Brasil; Argentina; Regímen Alimentar.

¹ O Artigo faz parte de pesquisa de doutorado do Departamento de Pós Graduação em Geografia Humana da USP financiada pela CAPES.

Soy expansion and agricultural financialization like recent expressions of the corporative alimentary regime in Brazil and Argentina: the Cargill case

Abstract

In this article we are going to analyze how neoliberal policies ended by stimulating the production of commodities, especially soybeans, and how this has made large corporations to increase their activities and their influence on the territories of Brazil and Argentina. We will see as yet from the 2000s, the production of commodities gained new impetus, particularly in the case of soybeans and as new subjects of this boom are on the scene. The case of soybeans is an example that allows us to say that since the neoliberal era a new food circulation pattern has begun in the world, defining what we call Corporate Food Regime. Later, given the power of investment groups, we propose the nomenclature, Financialized Corporate Food Regime.

Key Words: Soybean; Brazil, Argentina, Food Regime

Introdução

Entendemos por *regime alimentar* a forma como se organiza a produção, circulação e distribuição dos produtos alimentares no mundo a partir de um determinado momento histórico no qual se constitui uma divisão internacional do trabalho, o que vai constituir circuitos mundiais de distribuição de alimentos. Atualmente, esse regime caracteriza-se pelo poder de monopólio exercido por grandes corporações transnacionais que atuam na produção, processamento e comercialização de alimentos, bem como na produção de insumos químicos e biotecnológicos e ainda na oferta de financiamento para o setor. Mais adiante esclareceremos melhor essa noção.

A hipótese averiguada descrita neste artigo é a de que com o advento do neoliberalismo houve, por um lado, a consolidação e o aprofundamento da hegemonia das corporações do setor agroalimentar. Por outro, a "sojização" do campo brasileiro e argentino, ou seja, a forte expansão e consolidação da soja como um importante determinante das configurações espaciais do campo e, por último, a financeirização da agricultura capitalista, expressa tanto na importância que adquire o mercado de *commodities*, como nos mecanismos de financiamento de safras e da dinâmica desencadeada no setor por sua crescente participação no mercado de capitais (por meio de fusões, aquisições e criação de derivativos, etc). Essas três expressões da consolidação do regime alimentar corporativo se aprofundam a partir da década de 2000, particularmente no que diz respeito à financeirização e geram o agravamento das condições de vida tanto no campo como na cidade, o que significa dizer, concentração de estrutura fundiária, maior êxodo rural, precarização das relações de trabalho no campo, queda na qualidade e variedade da alimentação das populações rurais e urbanas, aumento dos preços nos alimentos e aumento dos passivos ambientais gerados. No presente artigo, abordaremos com maior profundidade a questão do avanço da soja.

Dois fatores marcaram a expansão do seu cultivo para novos países: a crise da pesca de anchova no Peru, com a qual se fazia farinha proteica muito utilizada na Europa, e a seca na América do Norte que levou a uma suspensão temporária dos embarques de soja para a Europa. Disso resultou um aumento nos preços da soja, o que levou à rápida expansão do cultivo em alguns países da América do Sul. No Brasil, a soja se expandiu inicialmente no sul, em especial no estado do Paraná. A ocorrência de uma geada no sul do Brasil em 1975 também acelerou o abandono do cultivo de café na região. Houveram ainda outros fatores que induziram os produtores da região a abandonar o cultivo intensivo de culturas como o café, como por exemplo o aumento dos direitos dos meeiros e as leis de

salário mínimo que aumentaram o custo dos contratos de trabalho. Com isso a soja foi se tornando um cultivo muito importante no país.

Na década de 1990 estabeleceu-se um grande salto no setor agroalimentar em diversos países. A Criação da OMC (Organização Mundial para o Comércio) em 1995 ampliou as possibilidades de comércio entre os países membros, levando a uma onda de aberturas comerciais, em especial em países periféricos mais industrializados como China, Índia, Brasil, México e Argentina. A partir de 1990 há uma aceleração do processo de concentração de capitais nos setores de processamento de alimentos, de biotecnologia, de produção de insumos agrícolas e de comercialização agrícola.

Como veremos, tanto no Brasil como na Argentina, passa a ocorrer uma especialização em *commodities* agrícolas e minerais. No Brasil, até meados da década de 1990 houve o que podemos chamar de uma consolidação das políticas neoliberais somada à crise fiscal que terminaram por reduzir consideravelmente o papel do Estado na regulação, financiamento e pesquisas agropecuárias.

O ano de 1996 foi também o ano chave para a questão da produção de *commodities* na Argentina, pois é quando o governo libera o uso da soja RR (Round Up Ready), geneticamente modificada para receber o herbicida glifosato. Em seguida veio a liberação do milho Bt e depois o milho RR.

A partir do ano 2000, um novo pacto se estabeleceu entre Estado, grande propriedade e setor agroindustrial para reinserir o país no comércio internacional. Esse pacto redefiniu o papel do Estado como viabilizador de infraestrutura para a exportação de *commodities* e fornecedor de crédito, além de dinamizar o mercado de terras. Tudo isso com o objetivo de estimular a “commoditização” do campo e manter a desigual estrutura fundiária do país. Por sua vez, na Argentina, houve, a partir do ano 2000, o incremento da orientação às exportações de soja, trigo, carne, lácteos e milho (NORMA; TEUBAL 2010). Em 2002, com a desvalorização do peso, o então presidente Eduardo Duhalde decide aumentar as taxas sobre o direito de exportação na tentativa de captar uma renda maior gerada pelo contexto externo favorável às exportações de *commodities*.

A década de 2000 é marcada pelo avanço da atuação de grandes corporações nos territórios do Brasil e da Argentina o que estimulou ainda mais a produção de *commodities*. A Cargill é um bom exemplo. Em 2001 a Cargill inaugura novos armazéns de grãos e amplia suas unidades em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Alto Araguaia, conformando assim um total de oito novos armazéns no estado de Mato Grosso (CARGILL, 2010). Em 2003, é inaugurado o terminal portuário da Cargill em Santarém (PA), como alternativa para o escoamento da produção de grãos de Mato Grosso e Pará, o que estimulou o avanço da fronteira agrícola da soja para a região amazônica.

Expansão da fronteira da soja e criação de rotas de exportação

No Brasil, subsídios do governo combinados com a alta dos preços internacionais causaram a disseminação de soja pelo país, o que, por sua vez, aumentou o poder político do *lobby* dos agricultores de soja e das processadoras e os habilitou a obterem mais apoio do governo (KNEEN 1999). O rápido desenvolvimento do cultivo da soja no País, a partir dos anos 60, fez surgir um novo setor produtivo e novos centros de pesquisa foram criados no sudeste e centro-oeste do país, principalmente. É desse momento a criação da Embrapa Soja em 1975, que patrocinaria, já a partir do ano seguinte, a instituição do Programa Nacional de Pesquisa de Soja. Além deste programa, localizado no Paraná, outros programas de pesquisa com a cultura estabeleceram-se nessa mesma década pelo Brasil afora por meio de instituições públicas como: Universidade Federal de Viçosa e Epamig, em Minas Gerais; Emgopa, em Goiás; Embrapa Cerrados, no Distrito Federal; Coodetec, Indusem e FT-Sementes, no Paraná; Fundacep, no RS, e Embrapa Agropecuária Oeste e Empaer, no Mato Grosso do Sul.

Mais tarde, com a Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, programas de pesquisa privados estabeleceram-se no País, dentre os quais os da Monsoy, Fundação Mato Grosso, Syngenta, Pioneer e Milênia. (EMBRAPA, 2000).

Foi a partir da década de 1960 que a soja se estabeleceu como cultura economicamente importante para o Brasil. Somente nessa década, a produção de soja multiplicou-se por cinco (passando de 206 mil toneladas, em 1960, para 1,056 milhão de toneladas, em 1969). 98% desse volume era produzido nos três estados da Região Sul, onde prevalecia a dobradinha, trigo no inverno e soja no verão.

Apesar do significativo crescimento da produção no decorrer dos anos 60, foi na década seguinte que a soja se consolidou como a principal cultura do agronegócio brasileiro, passando de 1,5 milhões de toneladas (1970) para mais de 15 milhões de toneladas (1979). Esse crescimento se deveu não apenas ao aumento da área cultivada (de 1,3 para 8,8 milhões de hectares), mas, também, ao incremento da produtividade (de 1,14 para 1,73 t/ha) devido às novas tecnologias disponibilizadas aos produtores pela pesquisa brasileira. Mais de 80% do volume produzido na época ainda se concentrava nos três estados da Região Sul.

Até 1970, os cultivos comerciais de soja no mundo restringiam-se a regiões de climas temperados e subtropicais, cujas latitudes estavam próximas ou superiores aos 30°. Os pesquisadores brasileiros desenvolveram germoplasma adaptado às condições tropicais viabilizando o seu cultivo em qualquer ponto do território nacional e transformando, somente no Cerrado, mais de 200 milhões de hectares em áreas de cultivo de soja e de outros grãos. No Brasil, entre 1966 e 1976, a produção de soja cresceu a uma taxa de 30% ao ano. Os principais fatores estimulantes foram: a já mencionada redução da oferta de farinha de peixe do Peru, a política de restrição às exportações dos EUA pela quebra de safra, o aumento do rebanho bovino na Comunidade Econômica Europeia e ainda o rápido crescimento da avicultura brasileira para a produção de frango de corte, ao final dos anos 1960, o que aumentou ainda mais a demanda por farelo de soja.

Por sua vez, o cultivo da soja na Argentina foi impulsionado em seu início pela conversão à agricultura da região pampeana, tradicionalmente destinada à pecuária. Com o apoio tecnológico do INTA, organização equivalente à EMBRAPA no Brasil, que introduziu o sistema de rotação com o trigo e as elevadas produtividades obtidas com a soja, a Argentina foi deixando de priorizar o girassol, o linho e o algodão em favor desta oleaginosa.

Esse período, caracterizado pela Modernização Conservadora (OLIVEIRA 2007), tinha no Estado, tanto brasileiro como argentino, um grande incentivador do desenvolvimento de cadeias produtivas no campo. O período neoliberal vai alterar esse quadro até que, na passagem para a década de 2000, um novo pacto se estabelece com o campo, sendo este chamado a gerar superávit por meio da exportação de *commodities*. Isso viria a aprofundar várias das consequências do neoliberalismo como veremos.

No Brasil, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) houve muitos investimentos em infraestrutura com o intuito de viabilizar a exportação de soja. Foram criados dois programas, o Brasil em Ação e o Avança Brasil, que traziam uma nova estratégia geopolítica para a infraestrutura de transportes na Região Amazônica.

O Brasil em Ação visou implantar duas hidrovias na região amazônica: a hidrovia do Rio Madeira entre Porto Velho e Manaus e a hidrovia dos rios Tocantins e Araguaia. A recuperação da rodovia BR 163 nos trechos entre Cuiabá e Terra Nova e entre Santarém e Rurópolis, bem como a da BR 364 entre Cuiabá e Acre e BR 174 entre Manaus e a fronteira com a Venezuela, tinha como objetivo viabilizar o escoamento da soja. Houve ainda o objetivo de melhoria da malha rodoviária visando também o escoamento da soja para o exterior, melhorando trechos entre Marabá e Belém, e Imperatriz e a malha rodoviária do estado do Maranhão. O Programa Avança Brasil reforçou os objetivos do programa que o precedeu, isto é, melhorar a infraestrutura para escoamento da soja mato-grossense pela bacia do rio Amazonas, o que reduziria os custos dessa região produtora de soja, que dada as distâncias dos portos, é a de maiores custos (OLIVEIRA, 2006).

Essas ações, mesmo não concluídas ou algumas sequer iniciadas, geraram uma movimentação nos investimentos das multinacionais, como afirma Oliveira (2006), buscando localizações privilegiadas, redesenhando o sistema de circulação das *commodities* para exportação. Vários corredores de transporte foram sendo criados, entre eles o Corredor rodo-ferroviário (E.F. Carajás) que escoava produção do Sudeste do Estado do Pará e, sobretudo do Sul do Maranhão, através do porto de Itaqui no mesmo estado, utilizado pelas multinacionais Bunge, ADM e Cargill; e o Corredor rodoviário (BR 364) e hidroviário (rio Madeira e Amazonas) com dois terminais graneleiros em Porto Velho (um do grupo Amaggi e outro da Cargill) (OLIVEIRA, 2006).

Um dos exemplos mais significativos do estímulo das grandes empresas ao avanço da frente pioneira da soja foi a construção, no ano 2000, do terminal de exportação de grãos da Cargill na cidade de Santarém (PA). A construção do terminal e a perspectiva de pavimentação da BR 163 (trecho Cuiabá – Santarém) fizeram com que vários produtores se instalassem na cidade e em municípios vizinhos, o que pode ser demonstrado pelo significativo aumento da área plantada e da produção de soja no município após a conclusão do terminal. Entre 2001 e 2005, 215 municípios passaram a produzir soja na região, o que evidencia a expansão da fronteira da soja.

E ainda, o que alguns autores chamam de *front* consolidado, municípios na região que já produziam soja, também tem chamado a atenção pelo grande aumento de produção de soja. Um bom exemplo é o município de Balsas (MA), que em 1990 possuía uma área plantada de soja de 6 mil hectares e em 2005 essa área alcançava os 107 mil hectares (FREDERICO, 2008). Hoje, no Brasil, é forte a expansão do cultivo de soja não apenas para o Centro-Oeste, mas para o Norte do país.

O Centro-Oeste brasileiro configura-se atualmente como principal *belt* produtor de soja no Brasil e os Estados da Bahia, sul do Piauí e Maranhão e Tocantins como os principais *fronts* de expansão da cultura. Essa tendência é reforçada pela atuação dos governos estaduais que facilitam a instalação de grandes empresas em seu território e incentivam a produção nestes locais. É importante reforçar que as grandes *tradings* não são elas mesmas produtoras de soja (a principal exceção é o Grupo Amaggi). Na verdade, elas são incentivadoras do cultivo, fornecendo financiamento, sementes, assistência técnica e muitas vezes compram a produção antes mesmo do plantio (“grão verde”) (TOLEDO, 2005, p. 73 e 74).

O aumento da produção de soja nos municípios que já eram produtores e o aumento de novos municípios produzindo soja mostra como é agressiva a monopolização do território pelas grandes corporações.

Como os principais importadores de soja são China, União Europeia e Japão, isso significa que com relação às distâncias, os produtores brasileiros estão a mais de 10 mil Km de Rotterdam na Europa (saindo por Santos ou Paranaguá) e a mais de 25 mil Km da China. Isso sem considerar a parte de transporte por via terrestre. Para comparar, os produtores dos EUA estão a 6 ou 7 mil Km de Rotterdam e 10 a 12 mil Km da China. Como informa Oliveira (2006), foi pensando na redução desses custos que a Amaggi e a Cargill passaram a utilizar a hidrovía Madeira e Amazonas.

É nesta redução de custos de transportes que apostava o consórcio das empresas de exportação de soja que pretendia assumir a pavimentação da BR-163 Cuiabá a Santarém. Esta alternativa reduziria significativamente a distância terrestre, hidroviária e marítima para o mercado mundial. A parte terrestre seria reduzida em cerca de mil km e a parte por água outros 2 a 3 mil Km (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

A substituição de outras lavouras

Segundo Oliveira (2007), com a implementação das políticas neoliberais no Brasil, houve como consequência direta a expansão das culturas de exportação, particularmente da soja, e o crescimento da violência no campo. É importante lembrar que foi justamente na década de 1990 que ocorreram os massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás. Conforme Oliveira,

[...] o neoliberalismo representou a tentativa de sepultar a agricultura camponesa, inclusive dentro da própria academia, com a concepção de agricultura familiar. Tratou-se para tal, de gerar o mito do agronegócio brasileiro. Aproveitando-se das crescentes exportações de soja, o neoliberalismo tentou decretar também o fim da necessidade da reforma agrária para o desenvolvimento do país. E em meio à eterna oposição maniqueísta entre o bem e o mal das elites brasileiras trataram, a mídia e uma parte dos intelectuais, a emDEUSarem o agronegócio e a colocarem sob o signo do DIABO as lideranças dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 47).

Mas como bem aponta o autor, fazia parte do mito colocar a soja como o principal grão no mercado mundial, quando na realidade são o arroz, o milho e o trigo, estes sim, os principais alimentos da humanidade. Importante notar, no entanto, que a substituição de outros grãos como o arroz pela soja tem sido significativa em algumas regiões. Segundo a FAO, em 2012, somente na América Latina e Caribe houve a redução da produção de arroz em 7%. Em contrapartida, a produção africana aumentou em 3% (FAO, 2013).

Entretanto, quem vê como a mídia tem tratado a produção de soja, parece que ela é a principal cultura do mundo. É importante frisar que esta posição tem o objetivo de mostrar igualmente a importância das grandes empresas do agronegócio. Assim, idolatramos as empresas multinacionais e nacionais dos grãos e de outros setores, tais como: ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Amaggi, Caramuru, Cutrale, Citrosuco, Votorantin, Nestlé, Danone, Aracruz, Friboi, Bertin etc. (OLIVEIRA, 2007, p. 148).

Isso tem levado à substituição de lavouras pela soja ou outras *commodities* como o milho, como demonstram os dados do IBGE:

Tabela 1 - Área Plantada por cultivo em ha no Brasil

Cultivo	1990	2011
Arroz	4.158.547	2.855.312
Feijão	5.304.267	3.907.926
Trigo	3.349.956	2.175.943
Milho	12.023.771	13.605.381
Soja	11.584.734	24.032.410

Fonte: IBGE
Produção Agrícola Municipal

Em 2012 havia 49,4 milhões de hectares plantados com cereais, leguminosas e oleaginosas, 1,6% a mais que em 2011. Arroz, milho e soja representavam 91% da produção ou 84,8% da área colhida. No entanto, o arroz apresentou uma redução de 13,2% na área a ser colhida. Já o milho e a soja apresentaram acréscimos de 10,5 e 3,5% respectivamente. Somente de 2011 para 2012 a Bahia aumentou em 68.445 hectares a área plantada com soja. Piauí e Maranhão obtiveram 8,6% e 5,1% de acréscimo na produção pelo aumento da área plantada. No Piauí, a área plantada com soja aumentou em 61.138 hectares.

As exportações de soja em grãos passaram de 8,9 milhões de toneladas em 1999 para 11,7 milhões em 2000, 22,3 milhões em 2003 e 24,5 milhões de toneladas em 2004 (aumento de 175,8%) As exportações de farelo e óleo de soja têm expansão das exportações de respectivamente 42% e 74%. Os valores das exportações do complexo soja passam de US\$ 4,4 bilhões em 1996 (9,2% das exportações totais) para US\$ 8,1 bilhões em 2003 e US\$ 10,04 bilhões em 2004 (representando 10,4% das exportações totais) (MEDEIROS, 2009 p. 81).

Em 1996, momento em que é instituída a Lei Kandir que isentava as exportações de produtos primários e semi-elaborados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, a soja em grãos correspondia a quase 20% das exportações do complexo soja brasileiro. Em 2003/4, foi de 55%. Já as exportações de farelo e óleo passaram de 80% para 45%. A Argentina² acabou por ocupar esse espaço deixado pelo Brasil. Se entre 1999 e 2006 a produção de soja aumentou 83,4% no Brasil, o esmagamento de soja aumentou apenas 37,2%.

Até 2003, o Brasil possuía vantagem na exportação dos grãos para países que priorizavam a aquisição de soja não transgênica, como alguns da UE e Ásia. Mas com a liberação do plantio de soja transgênica em 2003, esse quadro mudou e hoje a maior parte da soja plantada no Brasil já é transgênica. Na Argentina, assim como no Brasil, a expansão dos cultivos de soja significou a diminuição do cultivo de alimentos básicos como demonstra Teubal (2008):

O boom da soja ocorre em detrimento de outros produtos cereais e oleaginosos. Entre as safras agrícolas de 1997/98 e 2004/05, a produção de soja aumentou em 20 milhões de toneladas, enquanto que a de girassol caiu 2 milhões de toneladas, a de arroz, 0,5 milhões, e a de milho se manteve mais ou menos constante. Na província de Córdoba, o auge da soja veio acompanhado da perda de 17% das cabeças de gado, uma tendência comparável a que se manifesta em nível nacional. Ainda assim, em termos de escala nacional, de 1988 a 2003, o número de estabelecimentos pecuários passou de 30.141 a menos da metade, 15.000 estabelecimentos. Caiu também a produção de frutas e dos tradicionais cultivos industriais (algodão) do interior do país (p. 147, tradução nossa).

O papel das tradings na expansão da soja ou como a comercialização subordina a produção: o caso da Cargill

Segundo os Censos Agropecuários do IBGE, no ano de 1970, pouco antes da Cargill iniciar suas atividades de processamento de soja no sul do Brasil, a região cultivava 2.086.248 hectares de soja. Em 1975 esse número já havia saltado para 5.075.155 hectares. Em 1980 a área cultivada de soja no sul era de 6.266.727 hectares tendo uma

² Segundo a Bolsa de Cereais de Rosário, o país tinha a capacidade de, em 2005, esmagar 111.620 toneladas de girassol e soja por dia. O aumento com relação aos anos anteriores se deu por conta de investimentos realizados por multinacionais como a Cargill ou a Louis Dreyfus.

leve queda no ano de 1985, passando para 6.094.536 hectares. Em 1995, o Censo Agropecuário registrou forte queda na quantidade de hectares cultivados por soja, tendo somado 5.419.277 hectares. Já em 2006, o Censo mostra um aumento significativo para essa região, passando a produzir soja em 8.131.849 hectares.

Hoje, o Sul é a segunda região produtora do país, pois desde 2002, o Centro-Oeste passou a produzir mais soja. Sua produção foi de 26.714 hectares colhidos de soja em 1970 para 883.444 em 1980, 4.554.047 em 1995 e 10.278.595ha em 2006. (IBGE) No Brasil, em termos gerais, temos o seguinte avanço na área plantada com soja:

Tabela 2 - Área Total de Soja Plantada em Hectares e Variação - Brasil

		Variação com relação ao ano anterior
1990	11.584.734	
1991	9.667.625	-16,55%
1992	9.463.625	-2,11%
1993	10.654.163	12,58%
1994	11.544.577	8,36%
1995	11.702.919	1,37%
1996	10.356.156	-11,51%
1997	11.508.120	11,12%
1998	13.319.749	15,74%
1999	13.069.793	-1,88%
2000	13.693.677	4,77%
2001	13.988.351	2,15%
2002	16.376.035	17,07%
2003	18.527.544	13,14%
2004	21.601.340	16,59%
2005	23.426.756	8,45%
2006	22.082.666	-5,74%
2007	20.571.393	-6,84%
2008	21.252.721	3,31%
2009	21.761.782	2,40%
2010	23.339.094	7,25%
2011	24.032.410	2,97%

Fonte IBGE - Produção Agrícola Municipal
Organização: Yamila Goldfarb

Conforme vemos na tabela, a maior parte dos anos apresentou uma evolução positiva na área plantada, particularmente entre 2001 e 2005. A variação negativa pode ser explicada por diversos fatores, mas é importante destacar o aumento de produtividade por hectare, o que fez com que ainda que em determinados momentos houvesse diminuição da área plantada, a quantidade de soja colhida aumentasse. Somente entre 2012 e 2013, o rendimento médio da soja por hectare aumentou em 11,35%, segundo o IBGE.

Tabela 3 - Rendimento Médio da Produção (Quilogramas por Hectare) de Soja no Brasil

Ano	1975	1980	1985	1995	2006
Rendimento	1.541,70	1.639,06	1.773,25	2.333,67	2.583,18

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

O salto na área cultivada de soja na região Centro - Oeste entre a década de 1980 e 1990 aponta para a presença marcante da soja na consolidação do regime alimentar corporativo. Mas se olharmos o salto que a área total cultivada por soja no Brasil dá a partir do ano 2000, podemos notar como de fato essa década fica marcada por um aumento mais significativo ainda, o que corrobora com a tese de um novo pacto de economia política que relança o agronegócio no mercado internacional, como indica Delgado (2012).

Em parceria à Hermosa do grupo Maggi, a Cargill tem incentivado a produção de soja na Amazônia por meio de apoio tecnológico aos produtores e garantia de compra da produção.

A Cargill tem estimulado o plantio de soja na região de Santarém em um raio de até de 100 quilômetros do município. Conforme dados do IBGE, pode-se notar um salto na produção de soja no Estado do Pará a partir de 2003. A área plantada com soja em 2002 no estado foi de 2.648 hectares. No ano seguinte, passou para 15.310 ha, em 2004 para 35.219 ha e em 2005 para 68.410 ha hectares! O mapa a seguir nos ajuda a visualizar essa expansão da soja.

O ano de 2002 também foi marcado pela implantação de infraestrutura da Cargill nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nestes, o avanço da soja se deu da seguinte maneira: em 2001, o estado do Mato Grosso apresentava 3.121.408 hectares de soja e, no ano seguinte, saltou para 3.818.231. Em 2003 já eram 4.414.496 ha e, em 2004, 5.279.928 ha. No Mato Grosso do Sul o início dos anos de 2000 também marca um aumento de área plantada com soja, passando de 1.195.744 ha em 2002 para 1.412.307 ha em 2003, 1.812.006 ha em 2004 e 2.038.176 ha em 2006.

Convém lembrar que, embora as empresas que constituem as “gigantes dos grãos” se encontrem disseminadas por todo o território, nacional, sua presença é altamente significativa nos *fronts* agrícolas, já que são as únicas a possuir o tipo de sistema técnico que permite controlar a capacidade de esmagamento (BERNARDES; BRANDÃO FILHO, 2009, p. 23).

Nos estados da BA, MA, PI, TO³, a rede de armazenamento tem um papel estratégico para o escoamento das safras, para a realização de políticas cerealíferas, para a regulação de estoques devido à variação dos preços ou para a expansão da produção, já que é a mais nova frente de expansão da soja no país. Em 2005, os 4 estados tinham

³ MAPITOBA ou BAMAPITO é o nome dado à nova frente de expansão da soja e compreende o oeste bahiano, sudoeste e sul do Piauí, sul do Maranhão e nordeste do Tocantins, formado pelas siglas dos estados. Em 2007, essa região produziu 4.353.218 toneladas de soja numa área de 1.636.815 hectares.

capacidade de estocar 5.493 mil toneladas, o que representava 5,16% da capacidade de estocagem do país. 42,42% mais do que tinham em 2000 (FREDERICO 2008).

Na Argentina, por sua vez, conforme aponta o Departamento de Estudos Econômicos da Bolsa de Cereais de Rosário, em 2006, as principais empresas do setor de grãos investiram juntas 800 milhões de dólares para ampliar a capacidade de esmagamento e construir novos portos, o que nos pontua a importância da década de 2000 para o processo de expansão da soja no campo argentino também. Embora o impulso maior tenha sido em meados da década de 1990, com a introdução da soja geneticamente modificada (e que hoje representa mais de 90% da soja cultivada no país), a década de 2000 é marcada pela entrada de novos atores que vão dar um grande impulso na sua produção, como os *pools de siembra*.

Na safra de 1980/81, foram colhidas 3,7 milhões de toneladas de soja. Na de 1996/97 já eram 11 milhões e na de 2007/8, 46,24 milhões de toneladas. Para a safra de 2009/10, foram semeados quase 19 milhões de hectares, quase 3 milhões a mais que na safra anterior. Por sua vez, o milho e o girassol tiveram uma redução de área cultivada de 600.000 e 820.000 hectares respectivamente, o que demonstra, em parte, a concentração das atividades agropecuárias em torno da soja (GIACCARRA; TEUBAL, 2010). Mais de 53% do território nacional destinado aos grãos está hoje ocupado pela soja, o que não significa ainda que outras áreas não tenham sido também ocupadas, como áreas mais ao norte do país e áreas de bosques nativos. O avanço da soja no que se chama região Pampeana, evoluiu da seguinte forma: de aproximadamente 5 milhões de hectares em 1993 para pouco mais de 6 milhões até 1996 e, dando um grande salto de uma superfície plantada de pouco mais de 7 milhões de hectares em 1997 para mais de 14 milhões de hectares em 2005. As províncias de Buenos Aires e Córdoba sempre foram as que tiveram maior produção de soja, no entanto foram perdendo espaço para as províncias de La Pampa e Chaco, entre outras (INDEC, 2013). Na tabela abaixo, podemos ver como se deu o avanço da área plantada com soja no país. Nota-se uma elevação praticamente constante da área o que deve se somar ao aumento do rendimento por hectare, assim como no caso do Brasil. Assim como no Brasil, a primeira metade da década de 2000 tem um grande salto na área plantada, mas chama a atenção o salto após 1996, ano em que se liberou o plantio da soja transgênica no país.

Notamos, portanto, como o aumento da área plantada com a leguminosa se relaciona ao crescimento da indústria da soja (e de seu *lobby*) no Brasil e na Argentina, bem como aos projetos de infraestrutura que visam potencializar o transporte da soja do interior do continente até o mercado mundial por meio, em especial, das hidrovias. O exemplo da construção do porto de Santarém é emblemático: este conecta o interior da região amazônica ao rio Amazonas que, por sua vez, leva ao oceano atlântico pelo norte do país e portanto, mais próximo das rotas marítimas para Europa e América do Norte. Essas duas regiões do planeta tiveram um grande aumento no consumo da soja após a quebra da indústria pesqueira de anchovas na costa peruana.

Com exceção do sul do Brasil e do sul da Argentina, as áreas de cultivo estão bastante distantes do mar e o transporte por terra em caminhões é muito caro. Por isso, o interesse em transformar os rios em hidrovias ou canais industriais.

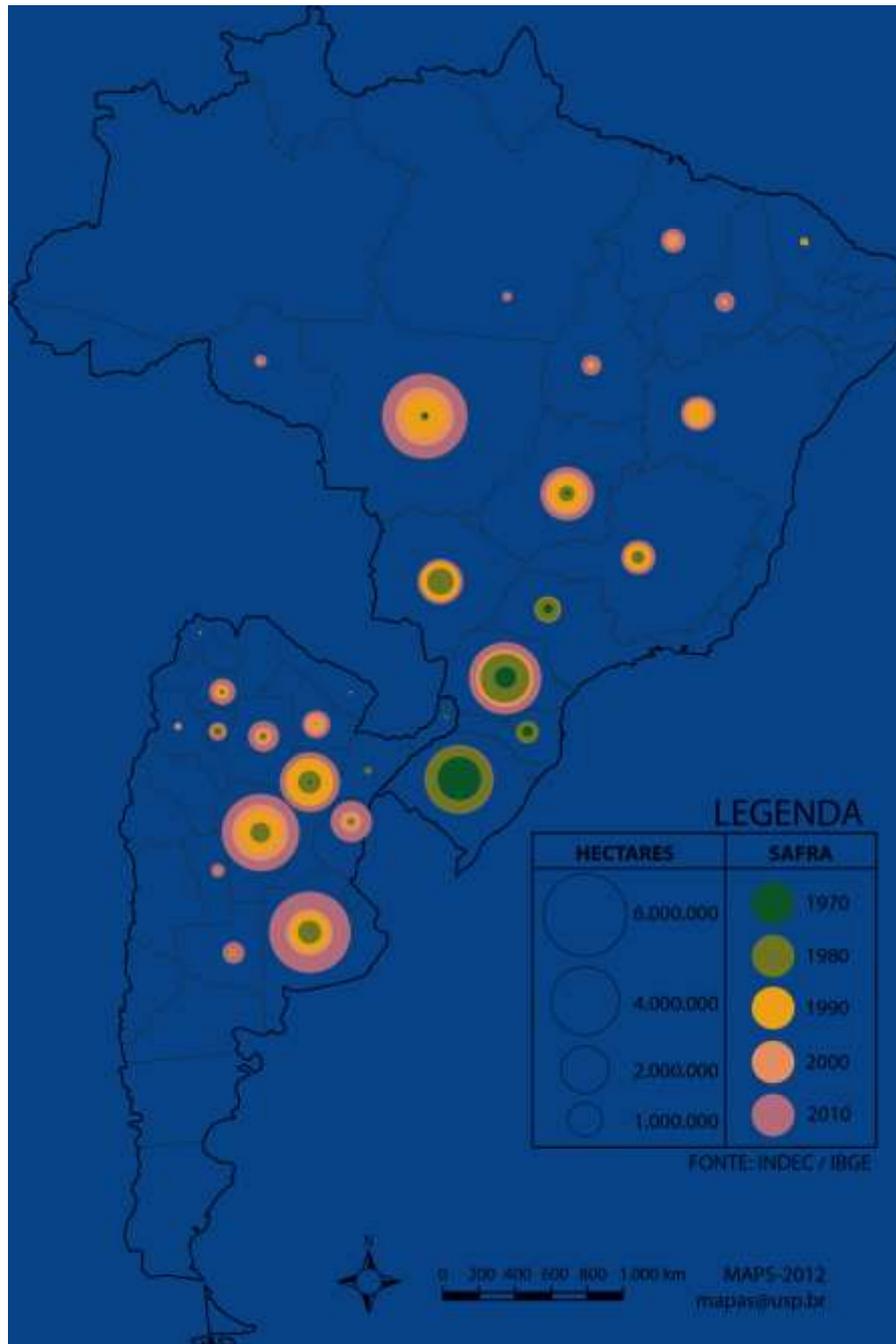
Tabela 4 - Área Total de Soja Plantada em Hectares e Variação – Argentina

		Varição com relação ao ano anterior
1990	5.100.000	
1991	4.966.600	-2,62%
1992	5.004.000	0,75%
1993	5.319.660	6,31%
1994	5.817.490	9,36%
1995	6.011.240	3,33%
1996	6.002.155	-0,15%
1997	6.669.500	11,12%
1998	7.176.250	7,60%
1999	8.400.000	17,05%
2000	8.790.500	4,65%
2001	10.664.330	21,32%
2002	11.639.240	9,14%
2003	12.606.845	8,31%
2004	14.526.606	15,23%
2005	14.394.949	-0,91%
2006	15.393.474	6,94%
2007	16.141.337	4,86%
2008	16.603.525	2,86%
2009	18.032.805	8,61%
2010	18.343.272	1,72%

Fonte: INDEC e MAGyP
Organização: Yamila Goldfarb

Como podemos notar observando o mapa, há uma expansão do plantio de soja em direção ao norte e nordeste de ambos países, e particularmente mais forte a partir da década de 2000. No Brasil, no ano de 2002 a produção de soja na região Centro-Oeste ultrapassou a da Região Sul. (6.954.722ha e 6.860.846ha respectivamente). Isso fica claro no mapa ao vermos que as circunferências das décadas de 2000 e 2010 são maiores na região Centro-Oeste. Na Argentina há grande crescimento da área plantada nas décadas de 1990 (liberação da soja transgênica) e de 2000 (pós crise).

Área Plantada com Soja entre 1970 e 2010 no Brasil e na Argentina, em Hectares



“Sojização” do campo na Argentina

O modelo agrário atual predominante na Argentina é um modelo baseado no que os argentinos chamam de extrema “*sojización*”, isto é, “sojização” do campo por grandes empresas e sujeitos que controlam setores chave do sistema agroexportador tais como: companhias exportadoras, grandes produtores de soja, *pools de siembra* e sementeiras, em especial a Monsanto. Essa “sojização” é a principal expressão do estabelecimento do regime alimentar corporativo no país. Basta compreender que o seu *boom* não teria sido possível sem a dissolução da *Junta Nacional de Granos*, sem a privatização de todos os

terminais portuários e sem o abandono da política de facilitação ao crédito estatal aos produtores. Para se ter uma ideia do quanto a soja se tornou atrativa basta comparar alguns valores: em 2008, na *Chicago Board of Trade*, a tonelada de soja custava US\$ 550, já a de milho US\$215 e a de trigo US\$410.

Segundo Giarraca e Teubal (2011), interessava ao governo argentino estimular o modelo sojeiro, pois isso lhe permitia obter o superávit na balança comercial e fiscal necessário, entre outras coisas, para o pagamento da dívida externa. Por isso, a década de noventa, com a abertura para a globalização, inclinou a balança para as *commodities*. Os agricultores, que até então colocavam seus produtos tradicionais no mercado local, passaram a sofrer enorme concorrência das mercadorias importadas que, embora não tivessem necessariamente a mesma qualidade, eram oferecidas a preços muito menores.

A abertura e a desregulamentação impostas pela entrada na OMC começaram a produzir desemprego no setor industrial argentino. A atividade têxtil, que já sofria com a concorrência estrangeira praticamente desapareceu. O desemprego começa a afetar o consumo. [...] a lã e o algodão sofrem como atividades produtivas, uma forte redução. [...] A proliferação de produtos agropecuários de produção “industrial” de baixo custo e qualidade *standard*, chega também a outras atividades do setor. Na horticultura, junto com o aparecimento das estufas, se dá a dos híbridos de tomate, em particular os denominados longa vida que, na realidade, são de má qualidade mas se adaptam à produção e comercialização global em escala. Nos dois casos perdeu-se qualidade ao privilegiar o rendimento e a fácil comercialização em gôndolas dos supermercados, onde se mantêm por mais tempo (BOY, 2011 p.86, tradução nossa).

No entanto, Boy (2011) destaca que é na atividade agrícola extensiva onde ocorreram as maiores transformações pois, foi nesse setor que se consolidou a figura de empresários que arrendam terra de pequenos ou médios produtores para produzir *commodities* em escala. Nesse sentido, chama a atenção o impulso dado pelas multinacionais do setor de grãos para que isso ocorra. Boy (2011) informa que essas multinacionais precisam estimular o conceito de ineficiência dos pequenos agricultores e o seu prognóstico de desaparecimento. Nos anos de 1990, segundo Giarraca e Teubal (2011), grande parte dos produtores que possuíam até 200 hectares desapareceram do campo. Muitos viram na soja sua tábua da salvação em face da crescente concorrência de produtos externos. Produtores de leite e de gado se voltaram para a soja como estratégia para se livrarem de dívidas contraídas para suas atividades tradicionais. Entre 1988 e 2002 houve notável concentração de terras. Houve aumento médio do tamanho dos estabelecimentos de 375 hectares para 776 hectares e a diminuição dos produtores de menos de 200 hectares de 12,6% do total de superfície ocupada, para 8,6%. Assim, nota-se que com a “sojização” houve o desaparecimento ou empobrecimento de pequenos produtores, no geral mais ligados às cooperativas. As exportações da ACA (*Asociación de Cooperativas Agrárias*) seja de soja em grãos, de *pellets* ou de óleo caiu entre 1988 e 2007.

O aumento da produção de soja ao longo da década de 1990 se deu como resultado da: eliminação de entraves à iniciativa privada, da inovação tecnológica, da liberalização econômica, dos avanços biotecnológicos, da drenagem do rio Paraná e da melhoria dos portos (PIERRI 2009).

Como podemos notar, a expansão da soja foi muito significativa, mais do que de qualquer outra *commodity*, diferentemente do caso brasileiro em que o milho, o álcool, a celulose também são muito relevantes. Por isso a denominação desse processo de “sojización del campo”. Uma ressalva poderia ser feita para a questão das *commodities* minerais, já que as atividades de mineração (*megamineria*) têm crescido bastante nos últimos anos, gerando inclusive, muitos conflitos socioambientais. No entanto, a soja é de longe, a maior expressão do campo argentino nos dias atuais.

Novos agentes na expansão da fronteira agrícola brasileira e argentina

Outro ponto importante de análise acerca desse processo de expansão da soja é o seu caráter rentista. Conforme reportagem do Jornal Valor Econômico, do dia 1 de abril de 2013, nos últimos dez anos a área plantada com soja na região brasileira denominada MAPITOBA ou BAMAPITO cresceu em mais de 1,7 milhões de hectares e chegou a três milhões de hectares plantados. Isso representa mais de 10% da área destinada à soja em todo o país. Segundo este jornal, mais de 2/3 desse crescimento se deu justamente a partir da safra 2005/6, quando o preço da soja no mercado internacional começou a sua escalada. Mas outro fator relacionado a esse avanço da fronteira agrícola diz respeito a aspectos econômicos mais gerais relacionados ao processo de financeirização:

O que mais chama atenção em relação ao avanço da produção em uma das regiões mais pobres do país é o perfil desse crescimento. Trata-se de um fenômeno impulsionado pela chegada de grandes empresas de capital aberto, controladas por fundos estrangeiros ou por empresários nacionais ligados a outros ramos da economia. E que exploram um modelo de produção que combina altíssima escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais. (FREITAS Jr., 2013b, p.1).

Na Argentina isso fica muito evidente com os *pools de siembra*. No PEA (*Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial Participativo y Federal 2010/2020*), documento que propõe metas para o setor agropecuário, esse novo sujeito da “*sojización*” é colocado como o novo sujeito agrário, não sem cobri-lo de méritos.

O sujeito agrário até o ano 2000 era o produtor rural, que concentrava em si a propriedade da terra, os maquinários, possuía o capital necessário e era o responsável pela gestão agrícola e empresarial. Hoje nos deparamos frente a um novo sujeito agrário: o empreendedor agropecuário, que não necessariamente é o proprietário da terra, mas sim quem arrenda a terra, assume o risco agrícola, contrata serviços necessários e gerencia sua produção com o objetivo de maximizar a produtividade (MAGyP, 2010, p. 43, Tradução nossa).

Ou seja, trata-se de um empresário em busca de investimentos rentáveis. O Plano aborda esse novo sujeito ao longo de todo o texto, mas em momento algum cita os camponeses ou demais produtores rurais, o que demonstra um claro direcionamento das políticas agrícolas para o processo de “sojização” do campo argentino. Os grupos mais importantes que operam por meio desses *pools de siembra* são Cresud, Adecoagro, Los Grobo, Lartirigoyen, El Tejar, Cazenave & Asoc., MSU, Olmedo y Liag. Somando-os chegaram a arrendar mais de 900.000 hectares em um ano para a produção de soja. (MAGyP, 2010)

Além dos *pools de siembra*, existem os Fundos de Investimento. Há operadores financeiros que atuam anonimamente reunindo recursos de diversas fontes para investir no campo. Isso chegou ao ponto em que mais de 70% da colheita agrícola argentina se dá em terras arrendadas. Em tempos de tanta incerteza nos mercados de investimentos, nada mais adequado do que evitar a imobilização de capital na produção agrícola com aquisição da terra. Nesse sentido, o arrendamento se torna interessante, enquanto, claro, não tenha seu valor muito elevado. Alguns dos principais grupos que atuam dessa forma são:

Los Grobo, possuía, em 2010, 17.700 hectares, mas cultivava em mais de 290 mil arrendados na Argentina, no Brasil, Uruguai e Paraguai. Hoje, as atividades de cultivo agrícola representam 20% de suas atividades totais. Os demais 80% resultam da prestação de serviços logísticos, financeiros, de gestão de risco e desenvolvimento tecnológico.

El Tejar, existente desde 1987, cultiva cerca de 2.000.000 hectares na Argentina, Uruguay, Bolívia, Brasil e Paraguai. Até 2006, todas suas atividades se davam em terras arrendadas. Foi apenas nesse ano que começou a adquirir terras próprias.

Adecoagro, criada em 2002, tem como um de seus principais acionistas George Soros. Possui mais de 270.000 hectares na Argentina, Paraguai e Uruguay.

Aceitera General Deheza, fundada em 1948, expande suas atividades de produção de alimentos de forma constante a partir da década de 1980 e hoje produz grãos e cria gado em mais de 200.000 hectares, entre próprios e arrendados (TEUBAL E PALMISANO 2010).

Vale destacar a presença desses grupos argentinos no Brasil. El Tejar possui escritório em Primavera do Leste (MT) e realiza o mesmo tipo de empreendimento arrendando terras no estado da região Centro-Oeste; Los Grobo, presente no estado de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo entre outros, produz e comercializa soja, trigo e milho também arrendando terras. A Adecoagro produz cana de açúcar e grãos, justamente na região denominada MAPITOBA.

Entre as safras de 2002/03 e 2012/13 os valores dos arrendamentos agrícolas na Argentina, tiveram um crescimento contínuo apoiado no aumento do número de empresários e operadores agrícolas interessados em expandir a sua produção. Porém, esse aumento contínuo dos valores de arrendamento tem feito com que recentemente as extensões de terras arrendadas para o plantio de safras caiam consideravelmente, levando alguns autores a decretarem o início do desgaste dos *pools de siembra*. (LA POLÍTICA, 2013).

Algumas considerações acerca do neoliberalismo e da financeirização

Em meados da década de oitenta o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI), que havia sido criado justamente no pós guerra, sofre uma transformação. Por um lado passa a defender a integridade do sistema financeiro internacional em favor da exploração deste pelos EUA. Por outro, ao restaurar as economias internas dos países para que elas pudessem pagar suas dívidas, o FMI as estava adaptando ao sistema financeiro internacional centrado nos EUA. Um aspecto muito importante desse sistema era o papel das instituições financeiras (em muitos casos não bancárias). Houve, como relata Gowan (2000), um declínio drástico dos bancos como fornecedores de crédito para o setor produtivo. Em seu lugar, surgiam os Fundos Mútuos que podiam oferecer taxas mais altas de juros sobre os depósitos feitos. Com os Fundos Mútuos, o fornecimento de empréstimo atrelou-se a alta e a baixa dos mercados de títulos. As quantias de recursos nesses fundos elevaram-se muito até que se tornou tão grande ou maior que todo o sistema bancário estadunidense. Mais tarde os próprios bancos puderam formar seus Fundos Mútuos.

Surgiram a partir desse momento também os Fundos de *Hedge* e multiplicaram-se os tipos de papéis negociáveis. O mercado futuro ganhou dimensões enormes o que causou consequências para a economia real. Gowan (2003) alerta para o fato de que os Fundos *Hedge* são um punhado de instituições que operam quantias gigantescas de dinheiro e que estão no topo da estrutura financeira americana. O perigo mora, conforme nos explica, no seguinte fato:

Se os fundos dos especuladores são grandes em relação ao mercado, eles podem alterar os preços de mercado com os seus próprios fundos e então ganhar um efeito multiplicador à medida que outros especuladores menores fortalecerem aquela alteração de preço, acompanhando-a e, à medida que o efeito multiplicador prossegue, ele pode retirar da sua posição, recebendo lucros. (GOWAN, 2003, p. 148).

Tudo isso se vinculava à forte expansão da atividade e do poder do mundo financeiro. A atividade financeira estava cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação.

Assim ela pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Houve uma onda de inovações nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações por todo o planeta, mas também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma a neoliberalização significou a “financerização” de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado (GOWAN, 2003, p. 41).

Essa ideia corresponde à tese da proeminência do capital fictício. Houve, como afirmam Chesnais (1999), Gowan (2003) Paulani (2009) e Harvey (2011), uma mudança do poder da produção para o mundo das finanças. Fizeram-se fortunas rápidas em novos setores da economia, como a biotecnologia e as tecnologias da informação. Novas relações de mercado tornaram possível de inúmeras maneiras comprar barato e vender caro.

É importante compreender como as transformações no sistema de financiamento agrícola vão, por um lado inserir as corporações como agentes financiadoras, o que nos permite reafirmar o caráter corporativo do atual regime alimentar. Mas por outro lado vão, em especial a partir do ano 2000, mostrar que as transformações nesse sistema de financiamento vão possibilitar a financeirização de setores da agricultura, como o de grãos, o que, conseqüentemente, vai impulsionar a commoditização do campo, dado os altos preços observados neste mercado. Na tabela que segue vemos como o valor da saca de soja brasileira aumentou ao longo dos anos, salvo algumas exceções. Calculamos a média anual das cotações da saca para poder fazer uma análise temporal mais ampla. A diferença entre os valores em reais e em dólares se refere ao câmbio vigente e vemos um aumento menos expressivo do valor da saca em dólares, o que favorece as exportações.

Do ponto de vista da agricultura há um movimento que nos permite afirmar que ocorre uma financeirização do setor dado o aumento da importância que o capital financeiro vai adquirir. Como consequência de mudanças que foram ocorrendo na política de crédito rural, ocorre o aumento de instrumentos financeiros, emitidos por bancos ou outras instituições financeiras e negociados em bolsas e mercados futuros. O melhor exemplo de autonomização e ao mesmo tempo proeminência frente à produção real, foi a crise de 2008, momento em que houve grande elevação no preço dos alimentos. Dentro desse movimento há o aumento da participação das atividades financeiras no escopo de atividades das grandes empresas que passam a oferecer serviços na área. Nesse sentido a Cargill chama muito a atenção e é interessante notar que, em 2008, a receita líquida da empresa no Brasil foi de R\$ 16 bilhões, o que representou crescimento de 26% em relação ao exercício anterior. Segundo o presidente da Cargill, Marcelo Martins, “entre os fatores que contribuíram para esses resultados estão a eficiência e a gestão de riscos – considerada uma de nossas competências-chave (...)” (CARGILL, 2008, p. 6) Ou seja, em pleno ano de crise, não apenas de preços dos alimentos mas também financeira, a Cargill cresce 26%. Isso só pode ser explicado pelos mecanismos especulativos de “gestão de riscos”.

Tabela 5 - Valor da Saca de Soja no Brasil

	Real	Varição	US Dolar	Varição
1997	19,33361111		17,5812963	
1998	14,75256098	-23,69%	12,72723577	-27,61%
1999	18,13227642	22,91%	9,966341463	-21,69%
2000	19,12572581	5,48%	10,44931452	4,85%
2001	23,79631579	24,42%	10,03951417	-3,92%
2002	33,31304	39,99%	11,14516	11,01%
2003	40,74967871	22,32%	13,33481928	19,65%
2004	42,27016064	3,73%	14,41738956	8,12%
2005	31,38656	-25,75%	12,91036	-10,45%
2006	28,31387097	-9,79%	13,00858871	0,76%
2007	34,6625	22,42%	17,96673387	38,11%
2008	46,23714286	33,39%	25,76646825	43,41%
2009	47,00802419	1,67%	23,78044355	-7,71%
2010	40,0348996	-14,83%	22,81975904	-4,04%
2011	46,48728	16,12%	27,84032	22,00%
2012	46,6956	0,45%	26,2348	-5,77%

Fonte: Cepea/ Ezalq - Indicadores de preços Organização: Yamila Goldfarb

O papel das corporações no financiamento dos cultivos

A década de 1980 no Brasil foi marcada por uma crise externa e consequente economia em recessão. O crédito rural, principal instrumento de política pública para a agricultura, sofre drástica diminuição de subsídios. Houve diminuição da capacidade de expansão de crédito para atender às crescentes demandas do setor de grãos, especialmente no Centro-Oeste, para onde a soja vinha se expandindo. Nesse contexto, foi necessário o desenvolvimento de mecanismos privados de financiamento agrícola. As *tradings* e indústrias processadoras ou as produtoras de insumos passaram então a ter um papel significativo no fornecimento de recursos para os produtores, já que essas empresas tinham maior acesso aos mercados de crédito internacional. Isso aumenta a capacidade que elas, em sua maioria multinacionais, têm de subordinar a produção de grãos (tanto a capitalista quanto a camponesa).

A partir desse momento, com a crise fiscal do Estado, verificou-se além do fim do subsídio ao crédito agrícola, uma contínua redução da disponibilidades de recursos oficiais. Ademais, a prometida adoção de uma política mais ativa de garantia de preços mínimos não se efetivou, uma vez que:

observou-se ao longo da década uma redução ou quase eliminação dos recursos do EGF (Empréstimo do Governo Federal) para a soja (movimento que se verificou para todos os produtores agrícolas), como reflexo inequívoco do agravamento da crise fiscal brasileira (CASTRO, 1993 p. 86).

Os mecanismos de financiamento que passaram a ser utilizados foram os ACC – Antecipação de Contrato de Câmbio, e as compras por meio de trocas por fertilizantes e sementes. Essas estratégias foram formas de garantir a disponibilidade de grãos por parte das agroindústrias. Cargill e Quintella passaram a ser importantes viabilizadoras das lavouras de soja da Região Centro-Oeste por meio da compra antecipada de safra, com a entrega de insumos para pagamento futuro em grãos.

A mesma estratégia passou a ser utilizada pelos produtores para adquirir bens de maior valor como tratores. Um exemplo se deu entre a Maxion, empresa fabricante de colheitadeiras e tratores e a Cargill. Elas criaram um sistema de troca de seus produtos no qual a Cargill adquiria os grãos para venda futura e os recursos eram repassados a Maxion, que entregava o bem ao produtor agrícola. Como explica Mazzali, isso exigia uma complexa engenharia financeira. Os produtores passaram a comprar um trator, por exemplo, com certificados futuros de soja. O revendedor de tratores entregava o certificado ao banco e recebia dinheiro. Mas o banco, por sua vez, repassava esses certificados para uma *trading* e recebia títulos emitidos por essas empresas exportadoras (MAZZALI, 2000). Vemos então como isso aponta para a financeirização da agricultura.

Em suma podemos entender que, com a crise fiscal e a absorção do ideário neoliberal que retiraram do Estado seu papel regulador, e, mais do que isso, diminuíram seu papel de financiador da produção agroindustrial, os agentes que compunham os chamados Complexos Agroindustriais (bancos, produtores agrícolas, processadoras etc) passaram a se articular de forma a gerar possibilidades de financiamento por meio da criação de todo um aparato de financeirização extremamente complexo.

A saída de cena do Estado impeliu à descoberta de novas formas de financiamento e comercialização da safra, no bojo das quais emergiram novos protagonistas. A agroindústria e as indústrias de máquinas e insumos agrícolas passaram a ocupar um papel importante no financiamento à produção rural, no vácuo deixado pelo governo. A indústria passou a se constituir no principal agente financeiro no campo (MAZZALI, 2000, p. 100).

Nessa nova organização, as grandes *tradings* passam a ganhar maiores poderes de controle da produção dado seu papel no financiamento das atividades, aumentando assim seu poder e capacidade de ganhos. Além disso, ganhavam com os novos mercados que se lhe abriam.

As grandes *tradings*, em geral ligadas a bancos de financiamento, apresentam uma liquidez que se tornou fundamental ao financiamento das lavouras no momento do esgotamento do crédito oficial na década de 1990. Esses recursos passam a circular inicialmente na forma de vendas antecipadas, o que ficou conhecido como contrato de “soja verde”. Em muitas regiões brasileiras essa prática era comum há tempos, em especial entre pequenos produtores com dificuldades de acesso ao crédito oficial. As compras antecipadas eram (e continuam a ser em muitas regiões) realizadas por empresas de vendas de insumos e por cerealistas. Na década de 1990 esta prática disseminou-se, em especial em virtude do esgotamento do crédito oficial subsidiado [...] As vendas antecipadas de safras para vendedores locais de insumos eram importantes especialmente para pequenos produtores sem possibilidades financeiras ou técnicas de recorrerem aos financiamentos bancários. A situação inicia uma mudança com a criação do PRONAF em 1996, com juros mais baixos e menor burocracia. (MEDEIROS, 2009 p. 104 e 105).

Conforme Medeiros (2009), as dificuldades de acesso ao crédito não apenas estimularam as vendas antecipadas, como criaram todo um mercado de especulação sobre as dificuldades do produtor. Inúmeras formas de agiotagem a juros elevados foram surgindo, realizadas por agentes não ligados à produção agrícola, tais como corretores de imóveis, médicos etc. Além do financiamento realizado por cerealistas, vendedores de insumos e comerciantes ligados à produção agrícola. Em 1994, o mecanismo de compra antecipada ganha um sistema mais “sofisticado” com a criação da CPR – Cédula do Produto Rural, que mais tarde, em 2001, passaria a poder ser comercializada na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros).

A partir de 2000 novos agentes ligados diretamente ao mercado financeiro passam a financiar *commodities*. Fundos de pensão e investidores particulares vão entrando nesse mercado tornando-o cada vez mais complexo e volátil.

Diferente das *tradings*, as novas empresas financeiras e fundos de pensão não asseguram a venda futura dos grãos a um preço fixo (*hedge*), os seus objetivos são justamente lucrar com o aumento a curto prazo do preço dos alimentos por meio de especulação financeira, o que torna ainda mais volátil o mercado (FREDERICO, 2008, p. 242).

Como esses ^{SEI}compradores como as agroindústrias, as *tradings* e comerciantes, terminam por criar uma demanda adicional que empurra os preços para cima. Para piorar o quadro, novos investidores, com o objetivo de valorizar seus títulos agrícolas, passam a adquirir também bens como terras e sistemas de armazenamento, o investidores disputam os produtos com os tradicionais que aumenta seu poder especulativo (FREDERICO 2008).

Com o aumento das soluções de mercado para o crédito rural, ocorre uma reorganização entre os agentes das cadeias que vai gerar novas formas de financiamento das safras e dos maquinários. As *tradings* entram nesse processo, e a Cargill é um bom exemplo, pois além de fornecer o crédito, oferece uma série de outros serviços financeiros.

A financeirização da produção é uma das maneiras mais eficientes de dominação por parte das Gigantes do Grão e um das mais utilizadas. [...] O mercado financeiro se tornou tão lucrativo e estratégico para as empresas que a Cargill, além de fornecer crédito aos produtores, possui uma gama de outros produtos financeiros. Esta Gigante do Grão possui uma empresa chamada CarVal, especializada no fornecimento de Crédito Corporativo, Carteiras de Empréstimos e Investimentos Imobiliários. A CarVal mantém atividades na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia através de seus escritórios centrais em Miniápolis, Londres, Tóquio e escritórios satélites, entre os quais o escritório de São Paulo, que administra as operações em território brasileiro com licenças comerciais e de investimentos e uma área de Trade and Structured Finance (TSF), responsável pela área financeira da empresa, de seus fornecedores e clientes (FREDERICO, 2008, p.118 e 119).

Cresceram e se desenvolveram uma série de novos tipos de valores mobiliários. Contratos de hipotecas tornaram-se papéis negociáveis e surgiram derivativos de todo tipo de título.

As transformações da década de 2000: Novo pacto, financeirização e o estímulo à commoditização.

A partir de 1997 e especial na década de 2000, há uma retomada do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que passa a ter uma constante elevação. Vejamos porque isso ocorre.

No ano de 1999, o financiamento público federal representava 64% do total, com cerca de R\$ 5,8 bilhões em empréstimos, enquanto os bancos privados representavam 30%, com um valor aproximado de R\$ 2,7 bilhões, restando às cooperativas de crédito rural apenas 4% na participação total (FREDERICO, 2008, p. 66).

Com a grande crise fiscal do final da década de 90 e os sucessivos empréstimos contraídos junto ao FMI, o governo decide mudar a estratégia do sistema econômico brasileiro e passa a apostar na reinserção do país no comércio internacional por meio das *commodities* primárias, tanto agrícolas como minerais. Reestrutura-se o Sistema Nacional de Crédito Rural e o mercado de terras para esse fim. As cadeias de soja, milho, sucroalcooleira e de carnes ganham um novo impulso (DELGADO 2012). Durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), houve um aumento enorme das importações de alimentos como forma de controlar os preços internos. Até mesmo no caso da soja e derivados. Tudo isso em detrimento da produção interna. Para reduzir esse déficit comercial criou-se a Lei Kandir em 1996, que estimulava as exportações por meio da desoneração do ICMS. Junto a ela, desvalorização cambial de 1999 estimula o retorno às exportações. Somava-se a isso o surgimento da China como importante importador de alimentos brasileiros.

Em 2001, é criada a CPR com liquidação financeira, para incorporar novos agentes participantes do financiamento do agronegócio como um todo, aumentando os potenciais compradores da Cédula. A diferença fundamental entre as duas modalidades de CPR (liquidação física e financeira) é que a última não exige a liquidação do contrato unicamente por intermédio de entrega física da mercadoria do produtor para o seu financiador, mas também permite que a liquidação seja feita em dinheiro. É a partir daí que se desenvolvem mecanismos cada vez mais complexos de financiamento mediados pela BM&F e que impulsionarão mais ainda a produção de *commodities* e em especial a soja.

As Bolsas de Mercadorias e de Futuro tornaram-se o centro da comercialização mundial da produção de alimentos. Isto quer dizer que o comando sobre a produção e a definição dos preços dos alimentos não dependem mais do processo produtivo em si e de seus fatores, mas, dependem da lógica das players nas operações das bolsas mundiais. O chamado mercado futuro passou a comandar a decisão sobre o que plantar e quanto plantar. Ou seja, o capitalista antes de plantar já vende sua produção, ainda não plantada, às multinacionais que são as players, que controlam a circulação da produção mundial de alimentos (OLIVEIRA, 2009, p.6).

Mesmo com o aumento dos recursos públicos na década de 2000, criam-se diversos instrumentos de mercado de captação de crédito. Em 2004, com a Lei 11.076, novos títulos são criados para aumentar as possibilidades de captação de crédito diretamente via setor financeiro. Trata-se do certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA).

Isso significa que essa demanda adicional poderá eventualmente fazer subir os preços dos produtos. Um dos problemas do mercado de derivativos é que ele atrela movimentação de preços de um produto agrícola específico, com a movimentação de preços no mercado de futuros. Com isso, os abalos no mercado financeiro abalam os mercados físicos e vice versa. Não se trata apenas da influência que os mercados físico e de futuro exercem um sobre o outro, mas também o aumento do preço que se provoca numa cadeia de alimentos e a substituição de cultivos que se tornam menos “atrativos”. Os casos do Brasil e da Argentina, com a frequente substituição de cultivos tradicionais por soja e outras *commodities*, são emblemáticos nesse sentido.

Conforme Arroyo (2006), o volume e a variedade dos instrumentos e das transações nos mercados financeiros internacionais e a financeirização acelerada dos comportamentos das grandes corporações vieram reforçar a autonomia da esfera financeira. Para a autora, o

problema dessa financeirização em escala planetária é o seu caráter rentista, gerando ganhos sem passar por investimentos produtivos.

A aparição de novos agentes financeiros privados também se tornou central para a configuração deste novo período. Entre eles, destacam-se: a) os *investidores institucionais* – fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras –, que ao concentrarem uma grande massa de recursos determinam o resultado do movimento (por exemplo, quando recebem sinais negativos, os administradores desses fundos tendem a fazer vendas maciças da moeda ameaçada, tornando a defesa da paridade cambial praticamente inviável e muito custosa para os bancos centrais); e b) os *global hedge funds*, investidores que reúnem montantes de capital privado para se engajarem em posições altamente alavancadas, com maiores massas de capital que os demais participantes – são os especuladores por excelência e funcionam como sinalizadores do mercado (ARROYO, 2006, p. 2).

Sobre a política de financiamento para a agropecuária na Argentina

Entre 1985 e 1989, embora tenha sofrido redução com relação ao início da década, o financiamento bancário para o setor agropecuário se concentrou nas instituições públicas que financiaram 72% do total para o setor. Essa década é marcada pela maior regulação estatal sobre o setor bancário que por sua vez, direcionava o crédito a setores selecionados pelo Estado. Assim como o Brasil, a Argentina passou por grandes crises fiscais na década de 1980. O Estado mantinha importante papel no fomento da agropecuária e os bancos, por sua vez, foram perdendo o seu papel de intermediário financeiro. O que se mantinha ficava concentrado nos bancos públicos. Com isso, o financiamento extra bancário foi ganhando importância e na década de 1990, se destacou ainda mais. Vale colocar que em 1997 e 1998, o Banco de la Nación refinanciou dívidas vencidas e postergou ações judiciais (BARKSKY; GELMAN, 2005).

Era importante na Argentina o chamado Financiamento Comercial, que se destinava ao financiamento das exportações e dos mecanismos chamados de *canje* (troca), que possibilitavam a aquisição de insumos, por exemplo. Este pode ser entendido como um mecanismo semelhante ao das vendas antecipadas o que por sua vez, também se complexificou na década seguinte com a entrada no mercado de futuros.

A década de 1990 foi de plena consolidação das políticas neoliberais na Argentina. Nesse momento, dissolveram-se importantes organismos reguladores como a Junta Nacional de Granos e a Junta Nacional de la Carne entre outros. Eliminaram-se as regulações do mercado de leite e da indústria láctea e venderam-se os bens de todos esses órgãos. Eliminaram-se as taxas sobre exportações⁴, entre elas as que se destinavam a financiar o INTA. Diminuíram-se as taxas de importação de insumos e produtos agropecuários e inclusive o do combustível para não desaquecer por completo o setor.

Se em meados dos anos 80, a Junta Nacional de Granos possuía mais da metade da capacidade de armazenamento de grãos, o que lhe permitia regular os preços e exercer alguma política de abastecimento, na década seguinte essa capacidade foi completamente eliminada. Até meados da década de 1990, os elevadores de carga dos portos foram privatizados ou outorgados em concessões. Com a ausência de uma política de preços mínimos, pequenos e médios produtores se viram reféns da volatilidade dos preços internacionais o que fez com que uma quantidade importante de unidades produtivas desaparecesse. Desregulamentaram-se os portos e muito foram privatizados. O transporte ferroviário foi drasticamente reduzido e praticamente toda a indústria nacional e os serviços foram privatizados, inclusive, indo parar nas mãos de empresas estrangeiras.

⁴ Frente à paridade do peso e do dólar, o setor agroexportador ficava muito prejudicado, por isso a necessidade de se retirar os impostos de exportação.

A década de 1990 foi, portanto de completa consolidação do neoliberalismo no país. No entanto, diferente do setor industrial, o agropecuário não foi atingido de maneira tão avassaladora por três razões: havia o aumento dos preços no mercado internacional de algumas *commodities* (dentre elas a soja), houve a redução dos custos, em especial por meio da retirada das retenções (imposto sobre as exportações) e houve o surgimento de novos mecanismos de financiamento do setor. Embora o setor agropecuário tivesse a vantagem naquele momento de não ter que pagar as retenções e de ter alguns importantes insumos barateados, outros fatores diminuía essas medidas favoráveis, como o encarecimento dos transportes com a privatização das estradas, o aumento do custo da mão de obra e o aumento dos impostos municipais e provinciais. A solução foi a busca do aumento de escala na produção, o que só foi possível por conta dos altos preços internacionais dos grãos.

Surgem ou se fortalecem diversos instrumentos alternativos de financiamento com a menor intervenção estatal no setor financeiro: os Warrant, o Leasing, as Sociedades de Garantia Recíproca, a Securitização, os *Pools de Siembra*, os Fundos Comuns de Investimentos, o *Fideicomiso* e o *Factoring*. O sistema de *Fideicomiso* foi o que teve maior impacto pelo volume aportado ao setor agropecuário.⁵

Alguns *Pools de Siembra* foram organizados por Fundos Agrícolas de Investimento Direto com a mediação de uma entidade bancária. O fundo agrícola se integrava a um fundo de investidores que com os recursos que tinham, administrados por uma empresa consultora, realizavam o negócio agropecuário. Em alguns casos, as empresas consultoras organizavam os *Pools* sem a intermediação dos bancos. Com a produção em grande escala realizada por esses agentes houve o aumento importante no uso de insumos agrícolas, o que favoreceu grandes empresas, como a Monsanto, além de gerar um impacto ambiental e sanitário altíssimo.⁶

No que toca ao sistema bancário, os bancos públicos continuaram sendo o principal agente do financiamento agropecuário, concentrando mais de 70% dos montantes no início da década e tendo leve queda ao final. Em 1999 representavam 60%. Houve, no entanto, uma concentração desse financiamento nos bancos federais, já que os das províncias, ao serem privatizados, foram diminuindo sua participação no financiamento agropecuário. Por outro lado, os bancos privados aumentaram sua participação como um todo, passando de 25% em 1988 a 39% do crédito agropecuário em 1999.

Nos anos de 2000 e 2001 houve quase desaparecimento do crédito bancário, o que fez com que se incrementassem os mecanismos não bancários. A partir do fim de 2002 há uma retomada na disponibilidade do crédito bancário o que, segundo Nava (2003) se deu mais pela necessidade de que os bancos melhorarem sua imagem frente aos clientes do que de efetivamente pelo interesse em desenvolver o crédito.

Com a desvalorização do peso em 2002, os bancos se voltaram mais aos exportadores, já que o câmbio favorecia o setor. Nava (2003) pondera que, por sua vez, as grandes empresas do setor, em especial as multinacionais, não enfrentaram as mesmas dificuldades em se financiar, pois recorriam ao financiamento no exterior, diferentemente das pequenas e médias empresas.

O que vemos então é que, assim como no Brasil, o estabelecimento do neoliberalismo veio desmontar uma estrutura estatal importante e desregular o mercado. Também assim como no Brasil, o setor agropecuário foi impulsionado pelos sucessivos governos a se inserir numa economia mundializada. No entanto, o que se nota no caso argentino é uma presença menor no Estado na regulação do mercado e da produção

5 O *Fideicomiso* é uma forma jurídica de associação, bem como as sociedades anônimas ou os fundos comuns de investimento. Os *pools de siembra* se organizam com alguma dessas formas jurídicas, entre outras. Não todos os *pools de siembra* são *fideicomisos*, ou fundos comuns de investimento e vice versa, mas uma parte importante dos *pools* se organizaram a partir da forma *fideicomiso*

6 O caso das fumigações aéreas é emblemático, inclusive pela grande campanha que se gerou contrárias.

interna, como por exemplo, na ausência de uma política de preços mínimos. Isso levou à necessidade de que em alguns momentos, os governos chegassem a proibir a exportação de determinados produtos para evitar um total desabastecimento interno, como foi o caso da carne bovina em 2006.

Commodities e Mercado de Futuros

Em 2007, o movimento do mercado de futuros no mundo superou em muito as safras mundiais. Isto é, havia mais produtos agrícolas nos contratos do que na realidade. O aumento dos preços dos alimentos observados até meados de 2008 se explica, em grande medida, por isso.

[...] o volume financeiro de contratos futuros agropecuários representou números muito superiores às safras, em 17,2 vezes para a soja, 16 vezes para o café, 6,1 vezes para o milho e 6 vezes para o açúcar. (MEDEIROS, 2009, p. 86)

No Brasil, o volume dos contratos futuros de soja passou de 7,2 mil em 2004 para 196,2 mil em 2007. (8,8% dos contratos de *commodities* agrícolas da BM&F; os de milho representaram 9,4%.) O milho possui maior número de contratos, no entanto, os valores da soja são superiores. Isso demonstra que:

Passa a vigorar uma lógica de investimento financeiro no mercado de commodities, uma lógica de aposta e especulação. Com isto, o papel das corretoras de títulos e dos analistas de mercado cresce em importância levando a que o capital dos investidores se adiante às tendências próprias da agricultura, acelerando os períodos de queda ou elevação dos preços. **Criando uma dinâmica mais propriamente financeira no setor agroalimentar**, pois as grandes bolsas, como a de Chicago (CBOT) influenciam a formação dos preços no mundo inteiro. (MEDEIROS, 2009, p. 87 e 88, destaque nosso).

Frente a dados como esse, podemos novamente falar em financeirização da agricultura. Trata-se do processo no qual a Finança passa a determinar, subordinar o setor produtivo real. Finança é aqui entendida como a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras. Essa categoria, definida e utilizada por uma série de economistas e cientistas políticos (CHESNAIS, 2010; DUMÉNIL et LEVY, 2010; entre outros) resume um ator tanto econômico como político da história do capitalismo.

É um objeto social que reúne dois elementos: (I) uma fração da classe capitalista, (II) um conjunto de instituições (os bancos e, incluídos no capitalismo moderno, o banco central e instituições não bancárias, nacionais ou internacionais como o Fundo Monetário Internacional, os fundos etc) (DUMÉNIL et LEVY 2010 p. 187).

O interessante dessa definição é que retira o falso aspecto de neutralidade que as instituições financeiras, bancárias ou não, possuem e as coloca no seu devido lugar: o de instituições a serviço e comandadas por essa fração superior da classe capitalista. Com isso, dizer que a Finança subordina a produção real significa dizer que os interesses do capital financeiro se sobrepõem ao do capital produtivo trazendo consequências concretas para o processo histórico-geográfico⁷. Um claro exemplo disso são os processos de concentração empresarial e consequente monopolização de setores da economia.

⁷ Segundo Paulani (2009), a proeminência do capital financeiro sobre o produtivo acaba por produzir duas cisões na figura do capitalista: a primeira se dá entre o capitalista ativo (produtivo) e aquele que

Assim muitas das transformações pelas quais vem passando a esfera produtiva, seja no que diz respeito às relações entre o trabalho e o capital (flexibilização, precarização, perda de direitos do trabalho etc.), seja no que concerne ao processo produtivo propriamente dito (toyotização, *just in time*, costumeirização, etc.), seja ainda em termos da organização dos setores (centralização de capitais, deslocalizações produtivas etc.) foram respostas ao imperativos ditados pela lógica financeira à qual a produção da riqueza material deve responder. A riqueza material que deveria ser a base da riqueza financeira, passa a ser produzida segundo seus imperativos (PAULANI, 2009, p. 15).

Outro fato que faz com que o Mercado de Futuros influencie a economia real é o de que ele exige padronização e homogeneização. Isso interfere nas escolhas dos produtos e termina por homogeneizar a oferta de alguns alimentos.

Lembremos que as mercadorias negociadas no mercado futuro são compradas e vendidas sem a necessidade de serem vistas: seguem um padrão, uma classificação previamente determinada, que garante aos participantes a certeza de estarem comprando e vendendo o mesmo bem. Por isso, uma commodity para ser negociada a futuro deve oferecer condições para fácil padronização de volume, qualidade, peso e outras características. O produto deve também ser homogêneo, ou seja, um contrato deve ser igual a outro, permitindo que seja intercambiável (CORRÊA et RAÍCES, 2010, p. 22).

E tudo isso, lembremos também, mesmo que o produto não seja de fato entregue ao comprador. No Brasil, apenas 1% dos contratos são liquidados por entrega física. Isso porque, no vencimento do contrato, os preços a vista e os preços do Futuro tendem a ser iguais. Os agentes do mercado arbitram para que os valores se igualem. A questão é saber qual mercado, se o de Futuro ou de ativos reais, sofreu maior arbitragem. Para os autores, a intervenção estatal não deve acontecer, mas, a arbitragem dos agentes do mercado, sim. Para eles, toda vez que se busca sair da lei da oferta e da procura, incorre-se em enormes riscos, já que no geral haveria a tendência de se incentivar a superprodução no longo prazo, provocando um colapso nos preços e a diminuição nos preços de exportação.

A participação das grandes corporações nas atividades financeiras: O exemplo das atividades financeiras da Cargill

Quando se fala em atividades financeiras de uma empresa, estamos falando de uma ampla gama de atividades tais como financiamento de produção, mecanismos de *hedge*, vendas antecipadas no Mercado Futuro, mecanismos de *Swap* etc. Se analisamos os informes liberados pela empresa, vemos que todos esses elementos compõem o próprio valor da empresa. O aumento das atividades nos mercados financeiros por parte de empresas como a Cargill se deu em especial com a possibilidade de negociar os chamados Derivativos Agrícolas. E nos casos de empresas que possuem o capital aberto em bolsas de valores, as interfaces com a questão da financeirização se multiplicam. No entanto, não abordaremos isso neste trabalho, já que a Cargill não possui ações na bolsa.

vem apenas partilhar a mais valia (o capitalista monetário, aquele que vai emprestar o dinheiro). Mais tarde se dá a cisão entre proprietários de capital e os administradores (ou *managers*). Qual o efeito disso? Se antes as exigências técnicas se impunham sobre as decisões do manager, agora ocorre uma inversão. A produção passa a ser comandada pelos interesses dos managers que têm o dever de fazer frutificar esse capital. Nem sempre a melhor decisão para o capital corresponde à melhor decisão para a produção real.

Nesse universo, Gowan (2009) aponta para a constituição de dois pólos do capitalismo: o capital que negocia dinheiro (capitalista financeiro) e o capital produtivo (que emprega o dinheiro). O que chama a atenção no caso aqui estudado é que a Cargill pratica atividades como capital produtivo (nas próprias atividades e ao emprestar dinheiro aos produtores, tanto enquanto pessoas físicas como jurídicas, por exemplo), mas também pratica diversas atividades no mercado financeiro como *sawps* e outros, conforme podemos ver em seus relatórios financeiros. Completa o quadro o fato de que no ano de 1999 a Cargill inaugurou o Banco Cargill, instituição especializada justamente no crédito agrícola e na chamada proteção cambial, isto é, mecanismos de *hedge* o que demonstra o papel da empresa como agente financeiro. Em outras palavras, age como especuladora dentro do setor em que atua. Assim como outros especuladores, tais como os Fundos de *Hedge*. Vale a pena deter-nos um pouco mais nisso:

Derivativos são instrumentos que realocam o risco na economia, isto é, jogam para outro agente os riscos de perda de dinheiro pela oscilação de preços de uma dada mercadoria. O Mercado Futuro faz parte do que se chama Mercado de Derivativos. Este, por sua vez, pode ser entendido da seguinte maneira:

Os derivativos são instrumentos financeiros cujos preços estão ligados a outro instrumento que lhes serve de referência. Por exemplo: o mercado futuro de petróleo é uma modalidade de derivativo cujo preço depende dos negócios realizados no mercado a vista de petróleo, seu instrumento de referência. O contrato futuro de dólar deriva do dólar a vista; o futuro de café, do café a vista, e assim por diante. [...]

- se a formação de preços no mercado de derivativos está sujeita à variação de preços de outros ativos no mercado a vista, os derivativos não são causa, mas efeito, pois derivam desses mercados;

- os derivativos representam a forma de negociar a oscilação de preços dos ativos, sem haver, necessariamente, a negociação física do bem ou da mercadoria (BM&F, 2008, p. 5 e 6).

Se o valor do que se vende no Mercado Futuro depende (deriva) da variação de preços de ativos reais isso significa que a Cargill negocia papéis no Mercado Futuro cujo preço vai depender do preço de mercadorias sobre as quais ela própria tem grande poder de influência.

Várias são as finalidades dos contratos em mercados de derivativos, conforme exposto na brochura da BM&F.

Hedge (proteção)

Proteger o participante do mercado físico de um bem ou ativo contra variações adversas de taxas, moedas ou preços. Equivale a ter uma posição em mercado de derivativos oposta à posição assumida no mercado a vista, para minimizar o risco de perda financeira decorrente de alteração adversa de preços.

Alavancagem

Diz-se que os derivativos têm grande poder de alavancagem, já que a negociação com esses instrumentos exige menos capital do que a compra do ativo a vista. Assim, ao adicionar posições de derivativos a seus investimentos, você pode aumentar a rentabilidade total destes a um custo mais barato.

Especulação

Tomar uma posição no mercado futuro ou de opções sem uma posição correspondente no mercado a vista. Nesse caso, o objetivo é operar a tendência de preços do mercado.

Arbitragem

Tirar proveito da diferença de preços de um mesmo produto/ativo negociado em mercados diferentes. O objetivo é aproveitar as discrepâncias no processo de formação de preços dos diversos ativos e mercadorias e entre vencimentos (idem, 2008, p. 14 e 15).

O Mercado Futuro é um desdobramento do Mercado a termo, portanto não é simples compra/venda antecipada. Não se entra no Mercado Futuro com a intenção de receber ou entregar mercadorias. Entra-se para proteger o preço de compra ou de venda de alguma mercadoria, ou então para especular.

No Brasil, o Mercado Futuro teve início ao final de 1977 por decisão da Bolsa de Mercadorias de São Paulo. Em abril de 1978 deu-se o primeiro pregão de contrato de futuros, o do café. Os contratos de farelo e óleo de soja tiveram início apenas em maio de 1981. O Mercado de Futuros deu um salto em julho de 1985 com a criação da Bolsa Mercantil e de Futuros, a BM&F, que mais tarde passaria a se chamar Bolsa de Mercadorias e Futuros. Vinte e quatro anos depois, a BM&F se uniu à Bovespa. No entanto, os valores que circulam por meio desses dois tipos de mercados são bem diferentes. O Mercado de Futuros superou em muito o de ações. Em 1991 já era 10 vezes maior. Em 2004, chegou a ser 60 vezes maior.

Para Corrêa; Raíces (2010), para que um contrato no mercado de Futuros seja “vitorioso”, isto é, gere renda para seu portador, deve estar ligado a um mercado à vista, isto é, real. Não pode, para os autores, ser um mercado regulado pelo governo, por negociações internacionais ou dominado por monopólios, pois o Mercado de Futuros negocia a incerteza em relação às cotações futuras.

Se as cotações pouco se movimentam, não há razão para realizar um contrato futuro ou de opção, seja na área agrícola, na energia, mineral, financeira ou nas ações, já que não existe motivo para arcar com o custo da proteção de preço. Trabalhar no mercado à vista é mais barato e simples. É por isso que mercados altamente subsidiados por governos ou divididos em sistemas de cotas não atraem operadores [...] Intervenções desmontam mercados. Os preços deixam de seguir as leis da oferta e da procura. (CORRÊA; RAÍCES, 2010, p. 21).

Fica clara nessa citação a visão liberal dos autores e a crença de que a lei da oferta e da procura regula de forma saudável o mercado. Se há intervenção, há menos risco e portanto não há jogo. A questão é que não são apenas os que jogam nesse mercado que perdem. Hoje, esses mercados influenciam os preços dos ativos reais, das mercadorias de fato e, por isso, esse não intervencionismo passa a ser criminoso. Diversos trabalhos comprovam como os preços da soja no Mercado Futuro influenciam os preços no mercado físico assim como os preços da soja na Chicago *Board of Trade* influenciam os preços mundiais pela constatação de que há uma liderança do mercado futuro de soja dos EUA na formação dos preços mundiais do grão, em especial, no Brasil e mais ainda na China.⁸ Vejamos como é a atuação da Cargill com relação às atividades financeiras.

A Companhia também possui operações de futuros de commodities nas Bolsas de Chicago e Nova Iorque com objetivo de proteger-se em relação às oscilações nos preços. Estas operações foram devidamente avaliadas pelo seu valor justo na data do balanço. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

As receitas financeiras abrangem receitas de **juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a venda de**

⁸ Para questão da relação de preços entre Mercado Futuro e Mercado físico ver Costa et al. (2006); Adami et al. (2012) e; Barros et al. (2010)

produtos e serviços prestados, que são reconhecidos no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e marcação a mercado de resultados de operações de swap e hedge, que estão reconhecidos no resultado (CARGILL 2009. Destaque nosso.).

Segundo Kneen (2002), as atividades financeiras da Cargill representam sua segunda maior fonte de ganhos. Um de seus principais serviços oferecidos nesse setor é o de manejo de riscos, que faz por meio justamente de *hedges* no Mercado Futuro. O contrato futuro em si (de se entregar uma quantia x de determinada produção) passa a funcionar como uma mercadoria que pode ser vendida e comprada.

Um dos serviços financeiros oferecidos pela Cargill no Brasil se refere ao de *Hedge*, conforme consta em seu site brasileiro: “A Cargill oferece serviços de proteção contra riscos de preço para clientes e produtores de commodities, como o Cargill Garantia Plus, o Cargill Farelo Plus e o Cargill Quadrado, que protegem contra riscos financeiros. Kneen explica como isso funciona no longo trecho transcrito abaixo:

Sendo assim, quando Cargill compra uma carga de cevada real a um preço x , ela vende um contrato para entregar a mesma quantidade de cevada ao mesmo preço ou ligeiramente mais alto, numa determinada data futura. Isto é, o contrato de entrega futura da commodity cevada em si, se transforma numa mercadoria que pode ser comprada ou vendida. Qualquer que seja o destino da cevada real, a Cargill sabe que na realidade pode vender esse montante de cevada a um preço conhecido no futuro. (A Cargill sabe há muito tempo o valor de ter sempre o acesso ao estoque real do grão.) Se, no entanto, ela pode obter um preço maior pela cevada real, ela irá vendê-la talvez ao mesmo tempo em que compra de volta os contratos futuros que ela tinha vendido antes, ou comprando mais cevada para manter sua posição. (a mercadoria cevada e a mercadoria contrato-para-entregar-cevada se tornam equivalentes, ou abstratamente equivalentes.) (KNENN, 2002 p. 80. Tradução nossa).

O mercado financeiro pode garantir que a Cargill não apenas não tenha perdas monetárias diante da oscilação eventual do preço das commodities, mas que ela ainda obtenha ganhos financeiros com os derivativos. Esta forma de operar da Cargill não é propriamente uma novidade. A novidade do período contemporâneo está na abundância dos derivativos e no relativo maior grau de liberdade que as grandes corporações possuem para atuar num mercado mundializado em bases neoliberais em que os Estados, em muitos casos, reduziram a sua influência na regulação desses preços.

O que permite à Cargill realizar esse tipo de negociação é a sua capacidade de estocagem como será demonstrado, e o acesso privilegiado à informação. A capacidade de armazenamento⁹ também proporciona a possibilidade de entregar por encomenda ou de reter o estoque e assim influenciar o mercado. Ambas possibilidades são essenciais nesse tipo de negociação. O nível de influência que uma empresa exerce no mercado ou nas negociações está diretamente relacionado com a habilidade de realizar as entregas a um preço favorável ou de as reter a um preço baixo. Isso é crucial quando se aposta no mercado futuro. Quanto maiores são as reservas estocadas, maiores as possibilidades de apostas seguras no mercado futuro. George (1978) aponta o uso dessa estratégia pela Cargill e outras grandes corporações já em meados da década de 1970.

Os preços nos mercados futuros de Chicago, na verdade, refletem apenas uma pequena parte do mercado real, porque as grandes companhias, como a Archer Daniels, a Central Soya, a Cargill e a Ralston Purina, podem

⁹ A capacidade de armazenagem pode ser classificada em estática e dinâmica. A estática se refere ao volume que aquele armazém comporta em metros cúbicos. A capacidade dinâmica se refere ao volume que esse armazém comporta levando em conta a rotação dos grãos ao longo do ano.

transferir quaisquer porções de seus estoques privados diretamente às suas subsidiárias no exterior, para servir aos seus próprios objetivos. (GEORGE, 1978 p. 140).

Uma empresa pode não usar toda a sua capacidade de armazenamento mas é essa capacidade e não necessariamente seu uso máximo, o que proporciona poder financeiro para negociar tanto o grão real como o “invisível” por meio de contratos de mercado futuro. Como explica Kneen (2002), o grão pode se materializar, se necessário, antes que o contrato futuro tenha que ser entregue. É justamente porque possui essa capacidade de armazenagem que a Cargill pode utilizá-la de forma especulativa. Isso explica porque a Cargill coloca tanta ênfase no Mercado Futuro e investe tanta energia convencendo produtores a usá-lo, por meio da oferta do serviço de gerenciamento de riscos.

O acesso à informação é outro ponto importante. As grandes corporações possuem uma enorme rede de pesquisa e informação, muitas vezes comparada a serviços de inteligência, que permite antecipar movimentações do mercado no mundo todo. O período atual é marcado pela sofisticação deste tipo de serviço com toda a tecnologia desenvolvida.

Outro serviço financeiro oferecido pela Cargill chama-se *Rade and Structured Finance* (TSF). Por meio do TSF, a Cargill realiza operações estruturadas de crédito e *trade finance* no âmbito de sua cadeia produtiva e também fora dela, no financiamento do setor agrícola, de produtores rurais e de pessoas jurídicas. Algumas operações estão concentradas no Banco Cargill S.A., instituição financeira nacional com licenças comercial, de crédito, de financiamento e de câmbio. Em 2009, o Banco Cargill iniciou as emissões de LCA – Letras de Crédito Agrícola, chegando a 228 milhões de reais. Nesse ano, o Banco teve um lucro de 10,9 milhões de reais. (CARGILL 2009).

Em 2010, o Banco Cargill teve um grande crescimento, com avanço nos lucros de 11,6%, totalizando US\$ 579 milhões. O banco continuou emitindo Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) para financiar parte da sua carteira de crédito. Durante o ano de 2010, o Banco Cargill chegou a emitir US\$ 270 milhões de LCA. As operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) somaram US\$ 126 milhões em dezembro de 2010, representando um crescimento de 88% no ano.

Além do Banco Cargill, há no Brasil a atuação de uma outra célula financeira da Cargill, a *CarVal Investor* (CVI). Existente desde 1987, ela atua no Brasil desde 2000 e realiza “investimentos alternativos” como, por exemplo, investimentos imobiliários e aquisições de carteiras de empréstimo. Também presente na Argentina, a *CarVal Investors* iniciou suas atividades em 1987, e alcançou maior presença logo no início da década dos anos 1990. Ela expandiu a oferta de produtos incluindo assim uma série de empresas em todo o mundo. Segundo site da Cargill Argentina,

a missão da CVI é identificar oportunidades de investimentos de valor no mundo, nas quais [os clientes da Cargill] possam aproveitar a própria capacidade de avaliação e investigação, a sua rede externa de sócios e a sua infraestrutura global, para capitalizar as oportunidades temporais do mercado e assim obter retornos atrativos e sustentáveis conforme o risco assumido (CARGILL ARGENTINA, 2012).

Na Argentina a Cargill também atua no mercado imobiliário por meio da *Andean Asset Management*, que administra investimentos imobiliários tais como o desenvolvimento de edifícios para escritórios e empreendimentos residenciais. Outras áreas ligadas a atividades financeiras da Cargill Argentina são:

Tesouraria

A área de Tesouraria é a que se encarrega do manejo dos fundos da empresa, prestando serviços a todas as unidades de negócio presentes no país, mediante o gerenciamento e a definição das melhores estratégias de investimento dos excedentes de seus fundos.

Seguros

A área de Seguros é a encarregada das contratações de coberturas para todas as unidades de negócios em função de suas necessidades a fim de limitar o impacto patrimonial de possíveis sinistros que afetem os bens da empresa.

Os derivativos como instrumento de ganho especulativo

De modo geral, o que é importante então destacar é que a participação da Cargill, bem como das demais *tradings* no mercado financeiro não tem se dado simplesmente como mecanismo de gerenciamento de risco ou financiamento. Ao participar dos mercados futuros e, como veremos, controlar os estoques das *commodities*, o que essas grandes corporações fazem é muito mais do que participar do jogo do mercado como simples *players*. Elas transformam esses mercados em espécies de pedágios, por meio do qual ganham com a circulação não apenas de reais mercadorias, mas também de ativos especulativos. Não se pode negligenciar na análise

[...] o imenso poder de um número tão restrito de grupos que controlam o sangue da economia mundial, sob forma de grãos, petróleo, minérios, energia, sistemas de transporte, com a infraestrutura correspondente financeira e o gigantesco sistema especulativo complementar dos derivativos. Não se trata de “mercado” no sentido de livre mercado cada um concorrendo para servir melhor (a chamada competitividade), e sim de sistemas de pedágio onde os usuários finais das commodities têm pouco a dizer, e os países de origem em geral menos ainda (Dowbor, 2013 p.9).

Se de fato as *tradings* têm que se proteger de mudanças nos preços, já que não possuem controle total da natureza, é evidente que esse tipo de mecanismo se torna um meio de ganho. Em notícia do jornal Valor Econômico (24 de janeiro de 2013) sobre os lucros da empresa em 2012, seu CEO afirma que:

Além das turbulências externas, a empresa realçou que houve “mudanças importantes na condução da economia no país” que determinaram “um cenário de negócios bastante volátil e um tímido crescimento de 0,9% no PIB”, mas que “a diversidade nos segmentos de atuação e no portfólio de produtos, somada à experiência global da empresa em gerenciamento de riscos” proporcionaram “condições de equilíbrio” para a condução dos negócios. (FREITAS Jr, 2013a).

Essa colocação demonstra a relevância do segmento financeiro para a empresa. Em entrevista à Revista Cargill, o consultor em agronegócios André Pessôa, afirma que hoje a formação dos preços depende de condições que não se restringem ao local onde determinada *commodity* é produzida e sofre forte influência do mercado financeiro, em especial por conta da ação cada vez mais contundente dos fundos, particularmente dos *hedge funds*. Segundo Pessôa em entrevista:

Os fundos não são produtores nem consumidores, mas participam, em alguns momentos, com 40% do mercado, com posições em aberto nos contratos futuros de commodities agrícolas em bolsa. Isso é suficientemente forte para determinar, em alguns momentos, a trajetória dos preços. (CARGILL 2009)

Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves e Paulo Alentejano (2009), estima-se que nos últimos anos, cerca de 40% de todos os contratos de compra de *commodities* agrícolas tenham sido feitos por fundos de investimento apenas com o objetivo de especular.¹⁰ É interessante notar com a própria Cargill reconhece como as coisas estão se dando na realidade, ou seja, o lugar central que os mecanismos financeiros possuem hoje. Em artigo da Revista Cargill, no quadro Visão Global que expõe a visão da Cargill frente a questões de ordem global, a empresa afirma o seguinte com relação ao aumento do preço dos alimentos:

Existem pelo menos cinco fatores, além do descolamento entre a oferta e a demanda, que contribuíram para a inflação da cesta básica do consumidor. Entre eles, estão a expressiva migração de recursos financeiros dos mercados internacionais para commodities, especialmente após a crise imobiliária norte-americana; o aumento dos preços do petróleo, fretes e outros custos de produção e distribuição agrícola; o crescimento dos biocombustíveis; fatores naturais que interferem na qualidade das safras; e políticas protecionistas dos governos. Todas essas questões compõem uma equação complexa, cujo resultado a população está sentindo no bolso e na mesa.

Um dos primeiros sinais da crise ocorreu no início de 2008, quando os grandes investidores dos Estados Unidos migraram seus investimentos do mercado imobiliário e de crédito para os mercados futuros de *commodities*. Inicialmente, os preços das matérias-primas, como petróleo, grãos e metais, despencaram. Entretanto, os altos investimentos financeiros nos mercados futuros passaram a influenciar as cotações das *commodities* físicas, que apresentaram rápida ascensão nos preços em razão do grande aumento da procura (REVISTA CARGILL, 2008).

É evidente que existem também outras razões para a crise que se manifesta com o aumento dos preços dos alimentos, tais como quebras de safra, secas e inundações ou a substituição de cultivos da cesta alimentar por *commodities* voltadas para a exportação ou para a produção de agrocombustíveis, o que por sua vez impulsiona a commoditização do campo. No entanto, fica também evidente a grande interferência que o jogo financeiro exerce sobre o campo, dado seu caráter especulativo. A crise que se abateu sobre os alimentos em 2008 comprova isso. Por outro lado, essa financeirização tem também fortalecido a presença das grandes corporações pois favorece a consolidação de oligopólios mundiais.

Em primeiro lugar é preciso indicar suas três características básicas [da organização do capital na agricultura]: a produção de *commodities*, as Bolsas de Mercadorias e de Futuro e os monopólios mundiais. A produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial tornou-se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos. Isto quer dizer que se produz para quem tem poder de compra esteja ele onde estiver no mundo. Ou seja, a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido. O exemplo da produção do trigo no Brasil é exemplar. O Brasil tornou-se o primeiro país

¹⁰ É importante constatar que o volume de transações especulativas é incomparavelmente superior ao volume de transações reais. [...] Os derivativos emitidos (*outstanding derivatives*) na segunda metade de 2012 eram da ordem de 633 trilhões de dólares, nove vezes o PIB mundial total (Dowbor, 2013, p.11).

importador deste grão do mundo (11 milhões de toneladas). A produção nacional de trigo não tem ultrapassado a 3,5 milhões de toneladas. Porém, quando os preços internacionais estão altos, exporta-se para o mundo o trigo que o país produziu e que não é suficiente para o seu próprio abastecimento (OLIVEIRA 2009, p. 6).

A presença das grandes corporações não é algo novo na agricultura e menos ainda no setor alimentar como um todo. Mas o que nos permite diferenciar o período atual é o fato de as corporações se consolidarem por meio da associação com o capital financeiro e realizarem uma exacerbação dos mecanismos financeiros e da renda gerada pela especulação com esses instrumentos, em especial a partir da década de 2000. Nesse sentido, o papel do Estado é fundamental como viabilizador dessas estratégias. Mas isso também porque o próprio Estado passou a ser dependente dos mecanismos de financeirização, por exemplo ao realizar a securitização¹¹ de suas dívidas.

Considerações finais

Pudemos perceber que a produção de soja a partir da década de 2000 ganha um novo caráter em ambos países. Ela deixa de ser produzida basicamente em médias propriedades, muitas vezes de caráter familiar e passa a ser um investimento de grandes grupos, não necessariamente ligados às atividades agrícolas. O caráter da expansão da soja para a região Centro-Oeste do Brasil, e mais recentemente para a chamada MAPITOBA, ou então a questão dos *pools de siembra* mostram como ganhou força o papel do campo como *locus* de investimento do capital financeiro.

Como consequência milhares de hectares de florestas têm aberto espaço às monoculturas comandadas por grandes grupos econômicos; comunidades camponesas inteiras se veem obrigadas a migrar para os grandes centros urbanos uma vez que perdem suas terras por dívidas ou porque deixam de conseguir se sustentar economicamente com o que faziam. Além disso, também as populações urbanas são afetadas por tais processos, já que a qualidade e variedade dos alimentos disponíveis é fortemente reduzida, o que traz diversos problemas para a saúde, haja visto os casos de alarmante obesidade. Importante lembrar dos efeitos desastrosos sobre a população tanto rural como urbana do aumento exponencial do uso de agrotóxicos que contaminam não apenas os alimentos, mas os solos e as águas. Com relação à diminuição das áreas de plantio de alimento em favor do cultivo de agrocombustíveis ainda existe a consequência indireta sobre o aumento de preços dos produtos alimentícios no mundo todo na medida em que este impede o crescimento da oferta de alimentos nas terras em que se instala. Somente no Brasil, entre 2003 e 2008, houve um aumento de 2,8 milhões de hectares de cana de açúcar plantados. O Estado de São Paulo possui aproximadamente 60% da cana plantada em todo o Brasil. Enquanto a produção de cana em São Paulo cresceu 70% no período, a produção de arroz, feijão e milho declinou 20%, 6,3% e 1,1% respectivamente. (Boletim DATALUTA, novembro de 2010).

O aumento do volume de capital especulativo e a decisão dos estados nacionais de não mais investirem da mesma forma em estoques reguladores fez dos produtores rurais reféns dos preços estipulados pelos especuladores financeiros, que transformam definitivamente a comercialização de produtos agrícolas em um grande negócio e onde a garantia de acesso da população aos alimentos é o que menos importa. O atrelamento da produção de alimentos ao sistema financeiro tornou-se maior na medida em que os governos reduziram a sua participação na regulação do mercado e eliminaram ou reduziram a importância das empresas responsáveis pela administração dos estoques reguladores (MARQUES, 2011).

¹¹ A securitização é, a grosso modo, a conversão de uma dívida em títulos negociáveis no mercado de capitais.

Vemos portanto, que o caráter do atual regime alimentar é de extrema espoliação. Quando Araghi (2009) denomina o atual regime alimentar de regime alimentar de cercamento (*enclasure food regime*), está justamente enfatizando o caráter espoliativo desse padrão. Arroyo (2006, p.10) já apontava para isso ao falar da vulnerabilidade que os territórios nacionais adquirem nos últimos anos, pois:

a) o pagamento da dívida via exportações retira do território a possibilidade de ganhar mais investimentos em obras de infra-estrutura, mais créditos para pequenos produtores, mais financiamento para saúde, educação, saneamento, habitação etc.; b) extensas áreas do território são destinadas à produção de *commodities* agrícolas e minerais, sob o comando de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, relegando a população local a rincões menos produtivos do território, ou obrigando-a a mudar de atividade e até a migrar em busca de outras fontes de renda.

Os monopólios mundiais de alimentos exercidos por esses grandes grupos econômicos são produtos do processo de transformação do capitalismo nesta etapa contemporânea. Eles nasceram do processo de mundialização do capital, deixaram de ser apenas internacional para serem multinacionais. Não importa mais se de origem estrangeira ou nacional a um país determinado. Assim, as principais empresas mundiais voltadas para a produção de alimentos são a ADM, Cargill, Bunge e Louis Dreyfus, as quatro maiores controladoras da circulação mundial de grãos (OLIVEIRA, 2009).

A concentração corporativa, a engenharia genética e os sistemas de propriedade intelectual se nutrem mutuamente fazendo avançar a consolidação do regime alimentar corporativo agora também financeirizado. Aumentam assim a privatização e a apropriação dos recursos básicos de sustento de comunidades camponesas e indígenas no mundo todo, desde suas terras, passando por suas sementes, até os seus conhecimentos e o meio ambiente em que vivem e do qual dependem. Soma-se a isso a sujeição de produtores rurais às grandes estocadoras e comercializadoras de suas produções. Tais processos ocorrem de forma violenta nos países latino americanos e desvendar os seus meandros pode fornecer elementos para a sua crítica e a luta política por um outro regime alimentar em que a soberania alimentar seja um de seus pressupostos mais fundamentais. Tanto o Brasil como a Argentina já foram cunhados de "celeiros do mundo", no entanto, essa expressão esconde seu caráter perverso. Em ambos países o avanço das monoculturas seja para a produção de grãos, agrocombustíveis ou celulose causa impactos devastadores sobre comunidades inteiras, ameaça ecossistemas e está longe de garantir segurança alimentar ou energética para suas populações tanto rurais quanto urbanas. Por isso, esperamos que o estudo aqui feito sobre como esses processos se dão, quais seus fundamentos e contradições, contribua no caminho para sua superação. Isso não significa dizer que houve uma ausência do Estado. Pelo contrário. Como vimos em ambos países, o Estado sempre se manteve presente, mas sua atuação no Brasil se mostrou e se mostra particularmente mais presente. No Brasil, o Estado armazena alimentos. Em especial grãos. Há uma estrutura e controle públicos da armazenagem como importante instrumento de controle de preços. Na Argentina, após as reformas neoliberais, toda a estrutura de armazenagem foi privatizada. Para controlar o preço dos alimentos e mesmo o abastecimento, o governo argentino se vê muitas vezes obrigado a proibir as exportações de determinados itens.

Uma outra diferença chama muito a atenção entre os dois países. As retenções (impostos) cobradas às exportações na Argentina representam um tratamento tributário da renda terra. No Brasil, ao contrário, isenta-se constantemente os proprietários de terras por meio de um sistema ineficiente de tributação territorial rural e por anulação de dívidas. A terra, ao funcionar como hipoteca, isto é, garantia para o sistema de crédito, termina por ser valorizada por esse sistema.

Vimos ainda que um novo elemento surge na análise. Trata-se da questão da financeirização da economia e mais especificamente do setor agrícola. Embora o capital

financeiro já tivesse forte presença no desenvolvimento dos complexos agroindustriais, é no terceiro regime que vai existir uma proeminência desse capital, isto é, a circulação, a comercialização e até mesmo o financiamento da produção, como pudemos ver, vão acontecer sob influência ou dependência dos mercados financeiros. E a questão dos derivativos e portanto, de uma valorização de um capital, agora fictício, vai nos mostrar como esse capital passa a se autonomizar e dominar as esferas do capital produtivo. É frente à relevância que esse aspecto toma para a compreensão dos padrões de circulação de alimento hoje, que acreditamos poder chamar o regime alimentar corporativo também de financeiro.

Assim, o "regime alimentar corporativo financeirizado" aponta para a relevância que os mercados financeiros têm adquirido na atualidade. As grandes corporações não comandam sozinhas a produção, a comercialização e inclusive o consumo dos alimentos no mundo, mesmo porque o Estado, como vimos, nunca saiu completamente de cena. Instituições financeiras possuem cada vez mais influência nesse universo. A importância do mercado de derivativos agrícolas no Brasil e dos *fideicomisos* e *pools de siembra* na Argentina evidenciam isso. E como se não bastasse, há ainda um outro elemento que escolhemos não nos adentrar que se refere ao mercado de terras agrícolas. Estas têm sido adquiridas por grandes grupos financeiros ao redor do mundo e a relevância disso merece estudos aprofundados.

O caso dos *pools de siembra* merece especial atenção como expressão de um processo que tem avançado no campo de diversos países, inclusive no Brasil como vimos. Não apenas a produção de soja tem sido comandada por fundos de investimentos, mas também começam a aparecer casos na produção de celulose e de cana de açúcar no Brasil. Essa é a principal expressão do que chamamos de financeirização da agricultura e tem impresso marcas importantes no espaço. No caso das províncias de Santa Fé e Rosário, na Argentina, a produção de soja nesse sistema é tão expressivo que criou um novo dinamismo econômico regional. A questão é atentar para os impactos que isso causa, uma vez que como plataforma para a valorização de um capital financeiro, esses espaços podem ser abandonados assim que outro investimento se tornar mais interessante.

Também no que se refere aos impactos que essas transformações causam ao espaço geográfico, vimos que o estabelecimento do regime alimentar corporativo financeirizado que se estabelece a partir do neoliberalismo, gera um agravamento nas condições de vida de populações rurais e urbanas, pois afeta diretamente questões relacionadas à soberania alimentar. Planta-se o que é interessante para o capital financeiro e não para a população. Diferente do que se pregava ao longo da Revolução Verde, o regime alimentar "mercado" não acabou com a fome no mundo e o regime alimentar corporativo, e agora financeirizado, veio a piorar o quadro.

Referências bibliográficas

ADAMI, Andreia Cristina de Oliveira; BENDINELLI, William Eduardo; MARQUES, Waldemar Antobio da Rocha. **Análise da dinâmica de preços entre os mercados futuros de soja do Brasil, China e Estados Unidos**. BM&FBOVESPA e Instituto Educacional. 2012. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/.../Mercados-Futuros-de-Soja-na-China.pdf>. Acessado em maio de 2013.

ARAGHI, Farshad. Food regimes and the production of value: some methodological issues. **The Journal of Peasant Studies**, Londres, v.30, n.2, p.41-70, 2003.

ARROYO, Monica. A vulnerabilidade Sistêmica dos territórios Nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: ARROYO, Monica, et al. (Orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aleres, Ed. Clacso, 2006.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino**. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Mondadori, Buenos Aires, 2005.

BARRI, Fernando; WAHREN, Juan. El modelo sojero de desarrollo en Argentina: consecuencias sociales, ambientales, tensiones y conflictos en la era del neocolonialismo de los agronegocios y el cientificismo-tecnológico. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, n. 255, Dezembro de 2010.

BARROS, Sandra Cristina de Oliveira; PINTO, Leonardo; SOUZA, Gilmar Ribeiro de. A influência de Prêmio, Câmbio e Preços no Mercado Externo sobre o preço da soja no Brasil. **Anais...** 48º. Congresso da SOBER. Julho de 2010. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/15/1084.pdf acessado em maio de 2013>.

BENARDES, Júlia Adão; BRANDÃO Filho, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do Capital**. Coleção Geografias da soja. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2009.

BOY, Adolfo. Cambios productivos y sus repercusiones en el nivel agronómico. In: GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel (Orgs.) **El campo argentino em la encrucijada**. Estratégias y resistências sociales, ecos en La ciudad. Buenos Aires: Ed. Alianza Argentina, 2005.

CARGILL **Relatório de desempenho dos negócios 2009**. Disponível em: <www.cargill.com.br>. Acesso em: 25 de nov. 2015.

CORRÊA, Arnaldo Luiz; RAÍCES, Carlos. **Derivativos Agrícolas**. São Paulo: Editora Globo, 2010.

BOLETIM DATALUTA. Novembro 2010. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 20 de out. 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **A rede do poder corporativo mundial**. Jan/2012. Disponível em: <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/#_ftn1>. Acesso em: 25 de nov. 2015.

EMBRAPA. **Embrapa Soja**. Sistema de Produção, No 1, 2000. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>>. Acesso em: 10 de out. 2012.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**. Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FREITAS Jr., Gerson. Megainvestimento abre nova rota para soja. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 de janeiro de 2013 (a).

_____. Megaprodutores consolidam última fronteira. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 de abril de 2013 (b).

GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel (Orgs.) **Del paro agrário a las elecciones de 2009**. Tramas, reflexiones y debates. Buenos Aires: Editora Antropofagia, 2011.

- GOWAN, Peter. **A roleta Global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2003.
- KNEEN, Brewster. **Invisible Giant**. Cargill and its transnational strategies. Londres: Editora Pluto Press, 2002.
- LA POLÍTICA. **Cambio de escenario**: Los pools de siembra en crisis terminal. Disponível em: <<http://lapoliticaonline.com>>. Acesso em: 2 de set. 2013
- MEDEIROS, Marlon Clovis. 2009. **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro**: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990 – 2007). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- MAGyP. PEA - **Plan Estratégico Agroalimentário Participativo y Federal**. 2010. Disponível em: <<http://64.76.123.202/site/areas/PEA2/index.php>, 2010>. Acesso em: 25 de nov. 2015.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva do milho**. Brasília: IICA/MAPA/SPA, 2007.
- MULTINATIONALMONITOR. Disponível em: <<http://www.multinationalmonitor.org>>. Acesso em: 13 de set. 2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Amazônia e a nova geografia da produção de soja. **Revista Terra Livre**, Goiânia, n. 26. Jan/jun 2006, p. 13-43.
- _____. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições/FFLCH, 2007.
- _____. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. **Anais... EGAL 2009**. Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info>>. Acesso em: 25 de nov. 2015.
- PAULANI, Leda. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. **Revista ANPEC**, Niterói, 2009.
- PIERRI, José A. **Grandes empresas y cooperativas en el comercio exterior del complejo sojero 1990 – 2006**. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://www.econ.uba.ar/www/servicios/Biblioteca/bibliotecadigital>>. Acesso em: 25 de nov. 2015.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. **Geografia agrária da crise dos Alimentos**. 2009. Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acesso em: 25 de nov. 2015.
- TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.
- TOLEDO, Marcio Roberto. 2005. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil**: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

Recebido para publicação em 16 de fevereiro de 2015

Devolvido para revisão em 12 de maio de 2015

Aceito para publicação em 22 de maio de 2015